



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Nº 230

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	4161
ADVOCACIA-GERAL	4163
SECRET. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	4165

TAQUIGRAFIA

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 14.12.2023

INÍCIO: 15h15min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES

MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

SRA. DRA. TAÍSSA

SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze)

unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

Quero aqui, antes de passar a palavra para os colegas, quero convidar o nosso grande Deputado Pedro Fernandes, que neste momento está secretariando os trabalhos, para que faça a leitura da Ata.

O SR. PEDRO FERNANDES – Procede à leitura da Ata da Reunião Extraordinária anterior.

Lida a Ata, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, nobre Deputado Pedro Fernandes. Coloco aqui em votação a aprovação ou não da Ata. Como vota Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – Pela aprovação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pela aprovação. “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Também voto “sim”. A Ata está aprovada.

Quero aqui registrar a presença do nosso vereador da Câmara Municipal de Alto Paraíso, meu grande amigo do Partido Republicanos, Eliseu Batista. Está ali o Eliseu. Obrigado. Registrar a presença do meu amigo Aroldo também, de Rio Pardo, grande liderança; Leandro. Cumprimentar também a nossa vereadora de Alto Paraíso, Elissandra Queiroz. Muito obrigado pela presença. Vereador também de Alto Paraíso, Edmilson

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ

1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL

1º Secretário: CIRONE DEIRÓ

2º Secretário: JEAN MENDONÇA

3º Secretário: NIM BARROSO

4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



Facundo, muito obrigado pela presença.

Eu quero aqui agradecer a todos os deputados que estão abraçados nessa causa. Obrigado, Deputada Dr^a Taíssa. Obrigado pela sua dedicação. Muito obrigado ao Deputado Delegado Lucas, que inclusive é da região de Rio Pardo. E quero compartilhar aqui com todos que, no início do mandato, o Deputado Lucas — fiquei muito feliz e honrado — antecipou o nosso apoio à presidência. Então, gratidão. E uma das situações que o Deputado Delegado Lucas colocou à mesa, falou: “Olha, eu preciso de alguns apoios importantes para o meu mandato e eu preciso resolver a questão das reservas, em especial, Rio Pardo, Minas Novas, Jacinópolis”.

Então, Deputado Delegado Lucas, continua nosso compromisso. Quero te agradecer por sua dedicação. Você realmente mergulhou de cabeça e vem fazendo um ótimo trabalho. Parabéns. E obrigado pela confiança. Deputado Pedro Fernandes também, por isso que estão aqui também nessa CPI. O Deputado Pedro Fernandes também muito preocupado com essa questão da criação das reservas, em especial o Soldado da Borracha, e também todas outras regiões. Parabéns, Deputado Pedro, pela dedicação.

Quero aqui também enaltecer a figura do Deputado Cirone Deiró. Não está presente no momento, mas também tem contribuído de forma grandiosa nessa CPI. E quero aqui agradecer a nossa equipe técnica, em nome do Doutor Doca, que vem se dedicando muito a esse tema. Quero agradecer a todos, a Tainá, a toda equipe técnica aqui, os técnicos da Assembleia Legislativa, todos funcionários que estão dando suporte e nos ajudando em relação a essa CPI.

E confesso, meus amigos, que eu sou uma pessoa sempre pé no chão. Lógico que a gente sonha, mas a gente tem que ser realista e pé no chão. Mas, eu estou bem otimista em relação a termos êxito. Existe uma possibilidade, sim, de conseguirmos anular algo, não todas, mas algumas dessas áreas foram criadas em reservas.

Uma das situações é que não foi — nós estamos nessa investigação na CPI, fazendo esse levantamento —, que não foram obedecidos todos os trâmites necessários. Tem obrigação de ter consulta ou audiência pública para criação de reservas. O estudo técnico é um dos itens obrigatórios. E também a outra situação é a falta de publicação do decreto ou a publicação de um simples rascunho. Então, não tem assinatura, não tem validade. E outra questão, não é requisito, mas é preciso ter, a questão da previsão orçamentária.

Se você vai criar uma reserva, os que tem benfeitorias nessa área, isso preciso ter uma indenização. Não é justo a pessoa ter anos e anos de trabalho e, do dia para a noite, da noite para o dia, perder tudo o que tem. Então, esses são alguns dos princípios que vamos buscar comprovar, principalmente, através das oitivas. Nós tivemos agora há pouco uma reunião sobre o tema.

Bem-vindo, Deputado Cirone Deiró, estava há pouco enaltecendo e agradecendo a sua pessoa e a sua dedicação para a condução da CPI.

E para as pessoas que estão nos assistindo e não sabem do início, o porquê da criação desses decretos: no governo, retrasado, quando foram criadas essas reservas, nós, deputados, ouvimos os burburinhos — “Olha, vão criar reservas, vão criar reservas por decreto”.

Agradecer a presença do Vereador Leandro, obrigado pela presença.

E aí, eu estava como deputado estadual já naquele ano, e em uma terça-feira, eu propus, nós fizemos uma Lei Complementar à Constituição Estadual - é isso, Doutor Doca? Uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual proibindo a criação de reservas por decreto, ou seja, para criar uma reserva, tem que mandar o Projeto de Lei aqui para a Assembleia, para analisarmos, e se fosse aprovada, sim, criaria; rejeitada, não criaria.

Então, nós fizemos essa alteração na Constituição Estadual em uma terça à noite. No outro dia, quarta-feira de manhã, antes da promulgação dessa proibição, foram feitos todos os decretos. Então, a possibilidade de não terem obedecido os critérios de criação é muito grande. Então, a nossa tese tem chances — lógico que depende do Judiciário.

Então, nós temos que fazer essa CPI com muita atenção, muito cuidado. Porque não pode ter, de maneira nenhuma, nenhuma falha. Se tiver qualquer falha legislativa pode ser cancelada toda a CPI. Então, nós temos que ter muita dedicação, e aqui gente, sou testemunha da dedicação dos deputados, equipe técnica e os deputados. Tenho certeza que vai ser tudo feito com muito cuidado.

No mais, agradecer a presença de todos vocês. Eu vou passar a palavra aqui para os nobres deputados, vou ouvi-los. Só não conversei com o Deputado Cirone Deiró ainda, deputado, mas conversei com nossos amigos presentes. Eu tenho um compromisso - e eu falo aqui porque estamos entre amigos, eu tenho um compromisso já feito há algum tempo, que é a formatura do meu filho. Então, eu vou ter que sair um pouco antes, mas será bem conduzido aqui pelos colegas. E passo a palavra, nesse momento, para a Excelentíssima Senhora Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, é uma grata satisfação, Deputado Alex Redano, de dividir o Parlamento com você. Nós temos muito orgulho que a próxima - nós temos um carinho enorme pelo Deputado Marcelo Cruz -, mas que vai ser você o nosso próximo presidente, tendo em vista que você já se posicionou, bem claro, sobre essa questão ambiental.

Você sabe que na minha região é extremamente importante, somos da região de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, a Ponta do Abunã - toda pertence à minha região. E eu sei, tantos homens e mulheres trabalhadoras que moram há 30, 40 anos e precisam tanto ter uma dignidade, paz e sossego. Porque hoje, as áreas rurais estão em aflição.

Então, primeiramente queria te dizer que para mim é

um orgulho, tenho muito orgulho de ter votado em você para ser o nosso próximo presidente, e tenho muito orgulho de dividir esta Casa com você. E me honra muito, como homem – a gente sempre fala: nós temos nossos deveres parlamentares, Deputado Alex Redano, mas a gente tem nosso trabalho, mas primeiramente a Deus e em segundo, a nossa família.

Então, é muito gratificante saber que você vai sair daqui do nosso compromisso, mas para prestigiar o seu filho. Porque sem Deus e sem a família, nós não somos nada. Então, queria fazer essa deferência porque eu tenho muito carinho por sua pessoa.

E os demais colegas aqui presentes, o Deputado Delegado Lucas, é um deputado que chegou junto comigo nesse Parlamento, um deputado extremamente gentil, carinhoso – que nós passamos um ano aqui de muito aprendizado e que faz a diferença. Buritis está bem orgulhosa de saber que tem um deputado que representa a região de Buritis e vem representando o Estado inteiro, com seu jeito calmo, mas que sabe se posicionar.

Deputado Pedro Fernandes, sem palavras, ele é calmo, paciente, mas o homem é jeitoso para trabalhar. Então, Deputado Pedro, de verdade, a gente está finalizando o ano, ontem nós saímos daqui às 23 horas e, não se engane, tá? O jeito dele é assim mesmo, mas o homem realmente corre atrás, está em Brasília, faz reunião e busca. Vem da região de Cujubim, sabe o que é a dificuldade, vem de família humilde como eu e também vem representando o homem e a mulher do campo.

Deputado Cirone, por todo carinho, não é Deputado Cirone? A gente saiu daqui ontem tarde, em busca de melhorias, e o Deputado Cirone é assim. Tem toda essa experiência do Parlamento e está nos agregando muito com seus conselhos e as suas conversas para que nós possamos juntar a jovialidade nossa, de primeiro mandato, e com experiência, para não quebrar a cara porque, muitas vezes, é isso que faz a diferença dentro do Parlamento.

Mas, depois de falar dos nossos colegas, o nosso eterno advogado aqui, que faz a diferença toda nessa CPI, o senhor Doca. O Doca, para quem não conhece, é um advogado extremamente experiente. E, antes mesmo de nós, parlamentares, o Doca sempre está ali, fazendo as reuniões, buscando ter cada vez mais agilidade processual dentro dessa situação das reservas e nos orientando da melhor forma possível. Porque sem a parte técnica, nós não estaríamos nem aqui hoje reunidos.

Quero mandar um abraço enorme ali para o senhor Joabe, lá de Buritis, parceiro, amigo, gente boa, um cara que está sempre nas áreas rurais. De coração, tá? Muito feliz aqui com a tua presença. Em nome dos vereadores aqui presentes, a nossa vereadora lá de Alto Paraíso, que está trazendo no ventre um bebê. Fico muito feliz. E também aí vem para reeleição buscando representar fortemente o Alto Paraíso.

E os demais aqui presentes, primeiramente, em nome de todos que vão ser ouvidos, queria cumprimentar a senhora Dalva, da nossa região, e o senhor Jorge. Não

quero ninguém se sinta ofendido porque todos aqui são conhecidos, mas para não alongar muito a minha fala e até porque os demais, a gente tem a situação do Umirizal, de Rio Pardo e de toda nossa região ali da Ponta do Abunã. E a fala do Deputado Alex é muito importante. Quando os critérios não são obedecidos, graças a Deus que não foram obedecidos, porque a gente tem uma saída hoje de buscar cancelar essa situação.

Apesar que, se não tivesse sido obedecido, com certeza, não tinha sido nem feito um decreto, haja vista que a própria Assembleia já tinha se posicionado fazendo uma emenda à Constituição. E o doutor que está aqui presente sabe muito bem que, quando um parlamentar muda a Constituição do Estado é justamente para fazer os travamentos legais que nós precisamos. E não é fácil fazer uma emenda à Constituição, a gente precisa de, praticamente, oito assinaturas dentro do Parlamento e uma votação expressiva para que isso seja aprovado.

E hoje, a gente está aqui para fazer a instrumentalização desse processo. Trazer tecnicamente, doutor, todas as informações necessárias que, lá atrás, quando fizeram esse decreto, não trataram dessa forma. Eu acredito, Deputado Alex, que através dessa instrumentalização, ouvindo as pessoas, eles trazendo os dados importantes aqui dentro desse processo, administrativamente, nós iremos realmente cancelar essa situação e dar paz para vocês. Hoje o homem e a mulher do campo não aguentam mais.

Isso é de uma ponta à outra do Estado. Hoje o Estado, se você andar lá de Guajará-Mirim até a Vilhena, o que se fala é a regularização fundiária, são as reservas, é a ida das polícias cumprindo uma determinação judicial dentro das propriedades rurais. Na minha região lá do Parque, um desespero, as famílias angustiadas. Hoje, em Nova Dimensão, a maior parte que passa dentro das linhas é das pessoas vendendo suas propriedades por um preço que não vale de nada, para ir embora para os Estados Unidos para tentar a vida.

Sabe por que, Deputado Alex? Porque o Brasil, infelizmente, virou uma terra sem lei. O Brasil, infelizmente, virou um local onde não respeita o homem e a mulher do campo. Onde as pessoas que querem produzir nesse país estão sendo enxotadas de todas as formas. E é por isso que eu sempre falo: vocês podem contar com o meu mandato, podem contar comigo. A luta vai ser sempre e a gente está aqui realmente para fortalecer e trazer a parte instrumental desse processo para que a gente possa mudar essa realidade.

Sabemos que estamos sofrendo todas as perseguições possíveis, quando foi montado a situação da reserva, infelizmente, nós até sofremos um processo judicial dizendo que nós não poderíamos discutir situações ambientais, sendo que foi decretado pelo próprio Estado e nós, dentro do Estado, nós da Assembleia Estadual não podíamos discutir. Então, é isso que nós estamos passando, gente. Infelizmente, a nível federal, as perseguições são enormes e nós estamos aqui na luta.

Obrigada, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputada Dr^a Taíssa. Passo a palavra agora ao Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Boa tarde a todos. Cumprimentar o nosso Presidente Alex Redano, parabenizar pela iniciativa da CPI. É um orgulho para mim, é um privilégio muito grande poder estar fazendo parte junto com os senhores deputados e deputadas nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tenho certeza que tem o condão e conseguirá obter o desiderato de, ao final, na sua conclusão, levar a cabo essas injustiças que foram criadas no apagar das luzes há cinco anos e que agora a Assembleia faz seu papel como fiscal, como um verdadeiro representante da população do Estado de Rondônia, através dos instrumentos e ferramentas que possuem, regimentalmente, conferidas pelo povo — através do sufrágio — para que nós possamos, agora, dar um alento àqueles que foram injustiçados no calar da noite.

Quase todos aqui já foram citados nominalmente. E em especial, nessa primeira fileira aqui, conheço todos pelo nome. Me sinto em casa quando chego aqui na Assembleia, hoje, e me deparo com os senhores aqui e fico muito feliz que tenham vindo. E, tenho certeza que o Salvador e os senhores vão contribuir demais, com a história de vida que vocês têm com Rio Pardo e com todas as histórias das lutas que vocês tiveram ali.

Então, obrigado por terem atendido, viu? A todos os senhores indistintamente, Carlinhos e todo mundo. E, quero cumprimentar também, é claro, o nosso Vice-Prefeito de Buritis, que já foi mencionado pela Deputada Dr^a Taíssa, o Joabe. Doutor Israel, os advogados já foram cumprimentados, aqui, em nome do Presidente e do Doutor Breno. Cumprimentar o senhor também, o Professor Eliseu, secretário da ASPROMIN (Associação dos Produtores Rurais Minas Novas).

Dizer que, as lutas são constantes Deputado Cirone. Nós estamos aqui, em uma CPI, hoje, para discutir a criação dessas 11 reservas. Os indícios apontam que não observaram os requisitos legais quando da sua criação. Mas, nós estávamos de manhã na Procuradoria-Geral do Estado — PGE, discutindo sobre 17 ações que a PGE, Deputado Pedro Fernandes, ajuizou neste mês de dezembro, determinando e solicitando ao Judiciário que 17 proprietários da região da Resex (Reservas Extrativistas) Jaci-Paraná, retirem toda a sua produção de gado das suas propriedades, retirem e desfaçam todas as benfeitorias que fizeram sobre prazos exíguos. Proibindo, sob pena de R\$ 1.000.000,00 que, o frigorífico compre o gado dessas propriedades com ou sem GTA (Guia de Trânsito Animal), não faz distinção. Eu tenho certeza que o nosso Governador Coronel Marcos Rocha não tem conhecimento dessa ação promovida pela Procuradoria do Estado. E, não concorda e não compactuou com essa ação.

Nós não queremos ver o Estado de Rondônia protagonizando cenas, como nós estamos vendo no interior do Pará, como nós estamos vendo no interior do

Amazonas. Nós não queremos ver, o produtor rural do Estado de Rondônia sofrendo, como tem sido veiculado nas mídias sociais, nos Estados vizinhos, com uma perseguição que não faz justiça com o produtor rural, que carrega a economia desse Estado nas costas. Então, nós já estamos nessa luta em defesa da Resex Jaci-Paraná. É um absurdo o que nós estamos testemunhando, com essas novas ações que estão entrando.

E apenas pra contextualizar os senhores — não é foco dessa CPI, esse assunto que estou trazendo aqui — mas que, a defesa que a Assembleia faz, que os deputados dessa Casa fazem em prol da regularização fundiária e do produtor rural é incansável, constante e diária. E, todos os deputados que estão aqui presentes sem exceção, sem prejuízo de outros que também não puderam estar presentes, são sensíveis a essa causa e os senhores podem, com certeza, contar com o nosso trabalho aqui. Eu acho que é importante, nós frisarmos também o compromisso que todos os senhores e a senhoras têm com a verdade e com a resolução desse problema. Muitos saíram ontem das suas casas, estão aqui desde cedo, alguns sem almoço. Então, nós só temos a agradecer. Vocês sempre fizeram a parte de vocês; trabalhando, desbravando, pegando malária, pegando dengue, sofrendo, carregando cacaió, andando quilômetros a pé para poder desbravar o Estado de Rondônia e trazer a gente para onde nós estamos hoje; e até hoje buscam essa resolução e estão, aqui, esperando uma solução.

Nós não estamos aqui, para fazer palanque político em cima do sofrimento de nenhum de vocês. O nosso compromisso - Deputado Pedro Fernandes, nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o nosso Deputado Alex Redano, que é o proponente dessa CPI, Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Cirone Deiró - sempre foi conduzir esse processo de forma técnica, para que ele tenha uma viabilidade jurídica e possa, ao final, dar uma resposta eficaz para todos os senhores.

Nós sabemos que os problemas que nós nos deparamos são complexos e eles precisam de soluções que não são simples. Se uma canetada resolvesse e, com certeza, se essa caneta estivesse aqui, já teria sido resolvido. Mas, nós temos caminhos a percorrer e instrumentos para nos socorrer. E nós usaríamos todos os meios previstos em lei para dar para os senhores uma condição de maior segurança jurídica, nas suas propriedades.

Então, essa é a minha fala. Eu quero parabenizar o Deputado Alex Redano, o senhor pode ir tranquilo para o seu compromisso. Nós sabemos do compromisso do senhor com essa CPI, o senhor presidiu, esteve em todas as sessões. E, como a Deputada Dr^a Taíssa falou, primeiro tem que vir Deus e em segundo a família. Porque sem Deus e sem família na frente, nenhum trabalho prospera.

Mas, o senhor está deixando a CPI em boas mãos, estará sendo muito bem representado e estará conosco em todas as próximas sessões. E quando nós concluirmos, com o relatório - o nosso relator Deputado Pedro Fernandes - temos certeza que conseguiremos

demonstrar, no decorrer dessa CPI, que esses decretos não foram conforme as exigências legais. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – À vontade, Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Desculpa interromper. Mas acabei de receber aqui, pelo menos uma vitória, né? O Congresso Nacional derrubou o Veto do Marco Temporal. Até que enfim nós teremos paz nesse país. Acabamos de receber.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Notícia maravilhosa. Passo a palavra, agora, ao Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde Presidente, Deputado Alex Redano; os colegas deputados, aqui presente à Mesa; o nosso Doutor Doca. Cumprimentar aqui, todos os nossos produtores rurais da região de Buritis, Porto Velho e dizer do compromisso desta Casa com o setor produtivo do Estado.

Temos feito várias ações dentro do Estado de Rondônia para fortalecer o crescimento do Estado, a arrecadação do Estado. Temos feito investimentos para que o produtor rural possa produzir mais e com qualidade. Mas, quando nós vemos injustiças cometidas dentro do Estado de Rondônia, onde pessoas deixaram o seu suor, deixaram o seu sangue para produzir, para conquistar o seu espaço, para conquistar a sua terra, serem usurpadas, então nos causa preocupação. E nós aqui estamos como representantes legais de vocês, somos a caixa de ressonância da sociedade rondoniense, e vocês fazem parte dessa sociedade.

Eu quero aqui reconhecer o trabalho do Deputado Alex Redano, juntamente com o Deputado Lucas, a Deputada Dr^a Taíssa e o Deputado Pedro Fernandes de não promover politicagem nessa ação. Nós precisamos, sim, dar para vocês um resultado positivo naquilo que está sendo feito. Vocês já passaram por processos aqui de dizer: "Olha, nós vamos resolver a situação de vocês, nós vamos fazer um projeto que vai resolver a situação de vocês", e vocês vêm criando essa expectativa e esperança, e depois não acontece.

Então, isso aqui vai ser uma jornada longa. Hoje vai ter as oitivas de vocês, depois vai fazer toda essa comparação com os documentos que tem dentro do governo para ver a legalidade da criação dessas reservas. Então, é um caminho longo, é um caminho que precisa de uma jornada para ser conquistado.

Deputado Alex, nós vamos ter que ter resiliência, muita, muita consistência nessa CPI para que nós possamos entregar de verdade um resultado positivo à nossa sociedade e a essas pessoas que estão morando nessas reservas.

Então, quero só saudar o senhor e desejar sem delongas, porque hoje o objetivo aqui é ouvir vocês. Então, nós vamos aqui ser os mais breves possível para que a gente possa realmente colher um resultado

positivo.

Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone. Obrigado pelas palavras.

Passo a palavra agora ao Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Uma boa tarde a todos. Quero primeiramente agradecer a Deus, pedir a proteção Dele nesse nosso trabalho aqui, porque aqui nós estamos lidando com vidas de pessoas. Muitas vezes, a gente não vê essa sensibilidade, muitas vezes nós temos Procuradores do nosso Estado, a gente tem conversado, e muitos não têm tido a sensibilidade da parte humana do Estado de Rondônia. Porque nós precisamos, Deputado Alex, preservar o tripé — a economia, o ambiental, mais o social. Porque as pessoas vivem dentro deste Estado, dentro do sistema onde houve...

A gente acompanhou, no decorrer desses anos, que esta Casa aqui, a Assembleia Legislativa, não se furtou em momento nenhum de usar as ferramentas legislativas que tinha nas mãos para tentar uma solução que, hoje, se não tivessem sido judicializadas e derrubadas as decisões desta Casa em nível judicial, a história do Estado de Rondônia, esse momento da segurança jurídica de todo o povo do Estado seria outra.

Quero aqui parabenizar o Deputado Alex, foi presidente desta Casa, e não mediu esforços, e outros parlamentares que aqui nos antecederam — é o meu primeiro mandato, mas eu sempre acompanhei, Deputado Alex, esse trabalho aqui.

A Deputada Dr^a Taíssa é uma deputada também de primeiro mandato. É uma região que também temos esses conflitos. Envolve essa situação aqui desse decreto que foi feito, e a gente precisa rever essa situação. Esse é o caminho dessa CPI.

O Deputado Delegado Lucas, que também é da região de Buritis ali, a gente tem trabalhado muito junto, buscado informações para poder atuar aqui com muita responsabilidade.

O Deputado Cirone foi feliz na sua fala, quando falou que não é momento de fazer nenhum tipo de politicagem em cima dessa situação. Nós precisamos buscar elementos técnicos que embasem esse processo. Por isso que nós temos que ter muito cuidado e muita cautela.

Cumprimentar o nosso assessor aqui, cedido pelo Deputado Alex, tenho uma gratidão. O senhor pode sair tranquilo, ir na sua missão com a sua família. Como foi bem dito aqui: Deus, família. Nós temos que ter essa base na nossa vida, que o nosso Doutor Doca aqui, que tem nos assessorado, porque ele é conhecedor profundo desse processo, desde o início.

E também agradecer aos juristas, aos advogados que representam toda a classe que está sendo afetada diretamente por essa situação de criar reservas em cima de áreas produtivas sem o devido estudo, sem ser

observado o devido processo legal.

Essa é a nossa missão, a gente seguir nesse caminho, não é, Deputado Delegado Lucas? A gente está sempre falando, o nosso objetivo maior é esse. Para não me alongar muito e a gente já ir para o nosso propósito, quero cumprimentar o Joabe, Vice-Prefeito lá de Buritis; o Elizeu, vereador; o Leandro; o Edmilson e todos os que estão aqui presentes; o Carlinhos, que é um amigo de longa data, já reformei muito carrinho de serralha para ele, trabalhava com tornearia lá em Cujubim, na época ele tinha serralha.

Então, eu estou aqui para a gente trabalhar firme, fico feliz de ser escolhido pelos meus pares para ser relator desta CPI. E nós estamos debruçados em cima das informações e fazer de forma legal. Por isso, que convidamos as pessoas para darem os depoimentos para gente ir alimentando esse processo para no final, como foi falado aqui, é um processo que vai demorar um prazo, mas a gente tem que seguir todas as normas legais para que a gente tenha uma finalização positiva. Para que a gente consiga dar um resultado positivo no final desse processo.

Cumprimentar a todos e agradecer a todos vocês por estarem aqui, porque também dependemos do empenho de todos para que a gente possa fazer essa reversão. Isso foi um baque na história deste Estado e nós temos que reverter essa situação e vamos trabalhar para isso, não vamos medir esforços. Muito obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, grande Deputado Pedro Fernandes.

Quero aqui convidar nosso Vice-Prefeito de Buritis, Joabe, se quiser se sentar aqui com a gente fique à vontade, pode ficar à vontade. E parabenizá-lo por estar aqui representando o Município de Buritis, preocupados. Mesma coisa, quero aqui agradecer novamente Alto Paraíso com quatro vereadores, é atingido diretamente porque é caminho também, de Rio Pardo. Então, parabéns pela presença de vocês.

Eu, como disse anteriormente, eu vou ter que me ausentar. E mais uma vez obrigado a todos os deputados. Gostaria de convidar aqui o Deputado Delegado Lucas para presidir a Sessão. Muito obrigado a todos.

(Às 15 horas e 51 minutos o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Delegado Lucas)

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Deputado Alex, Deus te acompanhe.

Assumo a presidência da reunião e vamos iniciar os nossos trabalhos. As áreas que estão hoje aqui com os seus representantes da população para serem inquiridos foram escolhidas mediante sorteio para não haver direcionamento político, para não se questionar, eventualmente, de que está se prevalecendo a área do deputado A ou B, porque tem mais interesse. Como todos sabem, o Deputado Pedro Fernandes é da região do Soldado da Borracha, eu sou da região do Rio Pardo. Então, uma sugestão que foi muito produtiva

apresentada pelo Deputado Cirone. E seguindo esse sorteio, a primeira área será a Estação Ecológica Umirizal. Eu acredito que nós podemos fazer as perguntas daqui mesmo e os senhores têm a sua frente os microfones. Apertando-o, essa luzinha vermelha acende e o microfone fica ligado e vai poder responder as perguntas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos pôr em votação para aprovação dos nomes dos convocados, primeiro.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Positivo. Então, Senhor Secretário, por gentileza, colocaremos em votação o nome dos convidados para serem ouvidos mediante Termo de Declaração, da Estação Ecológica Umirizal. Proceda, por gentileza, Senhor Secretário, com a leitura.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos para relação dos nomes que foram convidados para as oitivas. Vamos começar pelos nomes, que foram convidados, de pessoas lá da Estação Ecológica Umirizal: Juarez de Jesus, José Afreu da Silva, Jorge Ferreira dos Santos e Roberto Correia.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Deputados que concordam com os nomes convidados para serem ouvidos da Estação Ecológica Umirizal permaneçam como estão, os contrários levantem a mão, se manifestem.

Aprovada a relação de nomes.

Por favor, Senhor Secretário, leitura dos convidados da Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Da Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo: Salvador da Cruz Filho, Emerson Luiz dos Santos, Elizeu Raimundo e Rodrigo Queiroz Brunaldi.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Os deputados que concordam permaneçam como estão, os deputados contrários se manifestem. **Aprovada a lista das pessoas convidadas da APA Rio Pardo.**

Senhor Secretário, por gentileza, faça a leitura dos nomes referentes à FES Rio Pardo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Floresta Estadual do Rio Pardo, os nomes: Carlos Frutuoso de Figueiredo Junior, Jucimar Santos da Silva e Sebastião Alves dos Santos.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhores deputados, aqueles que forem contrários se manifestem, quem concorda permaneça como está. **Aprovado por unanimidade, todas as pessoas que foram convidadas hoje da FES de Rio Pardo.**

Então, dando continuidade nós iniciaremos a oitiva com os convidados da Estação Ecológica Umirizal. O senhor Juarez de Jesus será o primeiro. Os deputados irão proceder com as perguntas, de onde o senhor se

encontra o senhor pode ficar à vontade para responder. Fique tranquilo, o senhor está aqui para colaborar apenas com a obtenção da verdade dos fatos. Seja bem-vindo a esta Casa.

Não há motivos para nervosismo. É normal que quando nós somos convidados para prestar depoimentos, testemunhos, e a gente não é acostumado, familiarizado com esse meio, a gente fique um pouco tenso. Mas, aqui o senhor está em um ambiente amigável. Quanto mais tranquilo o senhor estiver, melhor; o senhor vai poder colaborar com a verdade, que é o objetivo principal. Nós não queremos direcionar essa CPI para um resultado A ou B. Nós queremos esclarecer a verdade dos fatos e que a justiça seja feita ao final.

Então, o senhor fique tranquilo e tenha um compromisso apenas de falar a verdade sobre o que o senhor sabe. O que o senhor não souber, o senhor pode dizer que não tem conhecimento.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Presidente.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Fique à vontade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Para a questão de cautela, para que fique consignado na Ata, que a modalidade da oitiva das pessoas que vão compor o...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Termo de Declaração.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Isso, compor o Termo de Declaração, passa essas explicações para não...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Peço à Assessoria Legislativa, então, que consigne todas as oitivas que serão iniciadas a partir de agora, como realizadas na forma de Termo de Declaração, para que fique registrado. Pode ser dessa forma, Doutor Doca? Maravilha.

Então, apenas para recapitular aos senhores e a nossa primeira participação, esta CPI está analisando os critérios que existem para a criação de reservas, se esses critérios foram observados.

Dentre os critérios, um deles é a consulta pública. E com fulcro na Legislação Federal 9.985, de 2000, art. 22, § 2º, concomitante ainda com o Decreto 4.340/2002, no art. 5º:

“§ 1º A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local ou de outras partes interessadas.

§ 2º No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta.”

Então, para a lei mencionada, para a legislação hodierna

mencionada aqui, esse é o que estabelece a lei como o requisito de consulta pública, certo? Então, reuniões públicas, forma de oitiva da população de forma clara e acessível para as pessoas que estão no interior da reserva ou da unidade proposta.

Então, nós queremos aqui entender se os senhores foram consultados. Em resumo é isso, porque é um requisito para a criação desses decretos, dessas reservas.

A primeira pergunta que eu direciono ao senhor Juarez de Jesus — mais uma vez, seja bem-vindo — é: desde quando o senhor ocupa essa área? E se o senhor a utiliza como moradia ou não?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Boa tarde a todos, me chamo Juarez de Jesus, sou membro da também Asprecam (Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanha e Madeira do Abunã) e também da Coopprojirau (Cooperativa de Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau) e ocupo essa área desde 2089, está com 34 anos.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - 1989, o senhor quis dizer?

O SR. JUAREZ DE JESUS – É. É.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – 34 anos.

O SR. JUAREZ DE JESUS – 34 anos.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E o senhor reside lá? Utiliza como moradia?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Sim, sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor mora nessa própria localidade?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Sim. Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Senhor Juarez, boa tarde. Deputada Drª Taíssa.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Boa tarde.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Qual o documento que o senhor possui da área?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Na verdade, lá nós primeiro tínhamos a cartazinha de ocupação, que o Incra expedia para a gente. Depois, veio o Terra Legal. A partir do Terra Legal, a gente veio do Incra e o Incra ficou de expedir os nossos Títulos. E aí ficou e foi levando, levando, levando, levando até que no final acabaram travando nosso Título, aí a gente não conseguiu esses Títulos até hoje. E nós moramos lá. Tenho minha família criada lá, dentro do sítio, que eu tenho três filhos. A mais velha está com 33 anos. Só não nasceu lá porque eu tirei para Porto Velho, a mulher, para ganhar aqui em Porto Velho. Mas, são

todos filhos de lá. Três filhos. Um com 26, 28 e 33 anos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá. Alguma vez o senhor fez algum georreferenciamento lá da região? Ou particular? Ou georreferenciamento pelo próprio Incra, que foi aprovado ou não?

O SR. JUAREZ DE JESUS – O “geo” que foi feito lá foi o “geo” pela usina. Na época, a usina pagou um pedaço da minha terra e ficou outro. Então, eles para poder tirar a área deles, separar, então o que é que eles fizeram? Eles fizeram o “geo”, aí separou, me deu o mapazinho da onde ficou para mim para frente e o resto para eles.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, conforme o senhor falou, significa que a própria usina reconheceu o senhor como proprietário, tanto é que lhe indenizou uma parte da área.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Sim. Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem mais perguntas.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Senhor Juarez, confirmando aqui a pergunta da Excelentíssima Deputada Dr^a Taíssa, o senhor possui CAR (Cadastro Ambiental Rural) na sua terra?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Sim.

O SR. CIRONE DEIRÓ – O senhor tem o CAR?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Tenho. Tenho o CAR.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Ok. Qual atividade o senhor desenvolve lá hoje, atualmente?

O SR. JUAREZ DE JESUS – A gente mexe com gado, tem gado, cria porco, galinha, plantamos muito abacaxi. Ultimamente nós estamos parados agora, porque houve uma notificação. O homem deu uma notificação lá que eu não podia mais mexer no sítio, porque se eu fosse mexer lá eu podia ser preso. Então eu estou parado por enquanto. Mas nós, de tudo lá nós temos, banana, tem de tudo.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Há 34 anos que o senhor está lá, o senhor então desenvolvia atividade da agricultura familiar como plantação de banana, abacaxi, suínos, criação de gado leiteiro. Essa era sua atividade lá?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Abacaxi, sim, gado. Era a nossa atividade.

O SR. CIRONE DEIRÓ – E qual que é o tamanho da sua área hoje, depois de desmembrada essa parte que a usina indenizou o senhor? O senhor pode nos relatar?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Na verdade, é um lote de 100 hectares. A usina me pagou 19 hectares.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Ok, então o senhor tem 81 hectares lá?

O SR. JUAREZ DE JESUS – É.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Senhor Juarez, o senhor já foi entrevistado por algum técnico da Sedam falando que lá iria se transformar em reserva, em área de conservação, alguma coisa nesse sentido?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Na verdade apareceu uma mulher lá que, um tempo fez uma reunião, nem lá no sítio não foi; fez cá na BR, em um restaurante que tem; fez dizendo que lá seria reserva. Só que quando eu cheguei lá, nunca tinha existido isso. Aí essa mulher apareceu lá e aluga um e aluga outro dizendo que era reserva, mas lá dentro mesmo no sítio nunca foi visto ela ir lá para fazer nenhuma pergunta para a gente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor sabe se essa mulher representava alguma empresa que estava falando sobre a pretensão dessa unidade de conservação? O senhor sabe do nome dela, na época, se alguém falou o nome dela ou se ela estava representando a Sedam ou alguma empresa? O senhor pode informar para nós?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não, eu não sei. Eu não me lembro o nome dela. Foi falado lá, mas eu não me lembro o nome dela mais. Foi ela e um outro lá, mas não me lembro se ela falava que era da Sedam.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Não ficou claro, então, se ela era agente pública, de uma empresa privada, quem ela representava; não ficou claro?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não, ela fez a reunião lá e disse para nós que ali ia ser uma área de reserva e que eles iriam fazer um levantamento para poder pagar alguma coisa para a gente. Só isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E essa reunião não foi na propriedade do senhor? O senhor tomou conhecimento dessa reunião como?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Cá onde ela veio na BR.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Mas, o senhor recebeu alguma notificação na sua propriedade? Algum vizinho avisou? Houve algum memorando? Ou simplesmente o senhor ouviu falar depois que ela tinha ido lá?

O SR. JUAREZ DE JESUS (Presidente) – Só para

cá na BR. Lá no sítio, não. Eu até fiz uma pergunta para ela. Ela mostrou os marcos da minha propriedade; eu falei: "Mas como vocês sabem que essa terra aqui é... vocês têm o direito de fazer isso?" "Não, é porque a gente puxa, sabe, tudinho e tal. Hoje o negócio é moderno e tal".

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor lembra que ano foi isso?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Ah, eu não me lembro bem.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Foi antes de ser transformada a área em Estação Ecológica, em reserva, antes do decreto que transforma? O senhor sabe dizer, não? Ou não sabe precisar?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Foi antes.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Foi antes. Tá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O ano, o senhor não sabe precisar mais ou menos?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não, não sei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Tem alguém lá que o senhor conhece que tem essa informação, de que sabe quem era essa mulher, da onde que ela veio, se foi de alguma empresa, se foi da Sedam, se foi do Governo do Estado, Federal? Alguém lá que o senhor conhece que é mais, assim, às vezes um presidente de associação, alguém que pode dar essa informação para nós?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Olha, a não ser que os colegas aqui — não é? —, que às vezes algum gravou o nome dela, que os outros vão fazer pergunta, mas mesmo não gravei o nome dela.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, está bom.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - É importante para nós entender se essa pessoa, se ela indicou com clareza, com clareza. Se o senhor não entendeu bem, talvez ela não tenha sido clara. Se ela indicou com clareza qual seria a modalidade de unidade de conservação que se estaria criando e quais as respectivas consequências desta criação, tais como o que poderia ou não ser praticado dentro dos limites dessa unidade.

Então veja bem, senhor Juarez, a depender da classificação jurídica que se imputa a uma reserva que se cria, ela permite atividade econômica ou não; ela tem determinadas restrições ou não. Então, se a consulta é pública, é importante que a pessoa que se

encontra lá, o possessor, o proprietário ou quem quer que esteja ocupando aquela área, tenha conhecimento — através do poder público, seja da administração direta ou através de alguma empresa determinada por essa finalidade — quais serão as consequências para ele com essa eventual transformação da área em reserva.

Então, ficou claro, houve uma reunião. O senhor não deixou muito claro como o senhor soube, mas houve essa reunião lá na BR. Mas, ficou claro qual modalidade de unidade de conservação queriam criar e quais efeitos dela para a vida de vocês?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Não ficou claro?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não ficou claro. Não ficou. Na verdade, eu mesmo nem entendi ela bem, porque devido a minha família ter sido criada ali, meus filhos ficaram tudo descontente na hora. Falou em reserva, eles já ficaram tudo nervoso e a gente não deu nem muita atenção para ela. Entendeu?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só para contribuir, Deputado Lucas Torres. O senhor lembra o nome do restaurante que foi feito essa reunião na época?

O SR. JUAREZ DE JESUS - É um restaurante de um irmão meu lá, é o Primavera, bem na beira da BR, na entrada do sítio. A gente desce para baixo para o Rio Madeira e na frente tem um restaurante.

O SR. CIRONE DEIRÓ - O nome do restaurante é Primavera?

O SR. JUAREZ DE JESUS - É.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Restaurante Primavera. O senhor não se lembra a data. E assim, como o Deputado Lucas Torres frisou e o Deputado Pedro Fernandes, também. Vou voltar a insistir nessa pergunta só para a gente ter mais esclarecimento.

Como que o senhor recebeu o recado que era para o senhor ir nessa reunião? O senhor recebeu alguma carta? Um vizinho lhe avisou? Como que o senhor ficou sabendo que era para participar dessa reunião lá no Restaurante Primavera?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Na verdade, pelo meu irmão, não é? Que é dono do restaurante, falou: "Olha Juarez, vai ter uma reunião aí, vai vim um pessoal aí, vai fazer uma reunião aí". Aí eu fui lá um pouquinho.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Informalmente, não tem nada escrito. Ok.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Sim, nada escrito. Só que aí, devido eu não estar contente, eu só fui lá

e já voltei para trás rapidinho. Não gostei da palestra dela não é, porque o senhor morar trinta e poucos anos dentro de uma terra, depois chegar dizendo que é uma reserva - que nunca existiu isso -, que eu fui na época, o Incra existia no Abunã, e eu fui lá. Foi até o Mário Lúcio, do Incra, que me deu a terra lá. Então, eu fiquei muito descontente porque nunca tinha falado em reserva ali. Aí eu fiquei meio nervoso e daí não dei atenção.

O SR. CIRONE DEIÓ - Mais um esclarecimento que me ocorreu uma dúvida aqui. O senhor falou que essa pessoa, o senhor não lembra o nome, não tem identificação se ela é de empresa ou da Sedam, mas o senhor falou que ela chegou a demonstrar para o senhor qual que era a sua área.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Foi.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Ela demonstrou em um slide ou ela tinha um mapa na mão? Como que ela demonstrou, falou: "o senhor mora aqui"?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não, ela puxou um mapinha.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Ela tinha um mapa na mão.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Puxou um mapa e daí mostrou: "Essa aqui é a sua terra." "Mas como vocês conseguiram isso aí?" Ela disse: "É porque a gente tem o direito de puxar..."

O SR. CIRONE DEIRÓ - Ela tinha um mapa na mão.

O SR. JUAREZ DE JESUS - É. Aí eu falei: "Mas, vocês não podem entrar dentro da terra da pessoa e puxar, fazer uma coisa, sem autorização da gente."

O SR. CIRONE DEIRÓ - Ok.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Entendeu? Mas é o tal negócio: a gente é meio simples, meio leigo, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para esclarecer. Durante essa reunião houve alguma conversa dessa senhora sobre indenização, sobre pagar algum valor para vocês, algum valor financeiro?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Ela chegou a falar, ela falou: "Ah, mas vocês vão ter uma indenizaçõzinha, não é lá essas coisas, mas vão ter, vão ter e tal. Vocês não podem desistir e tal". Mas quem é que vai... não é? A gente não quer sair da terra, não é? Porque a gente criou a família ali, não é?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Senhor Juarez, eu quero insistir aqui um pouquinho, só para a

gente ter uma base do tempo. O ano que foi isso, mais ou menos, entre ano tal e tal. O senhor não tem uma noção? Que ano era, tem quantos anos, 10 anos, que fizeram isso?

O SR. JUAREZ DE JESUS - No caso, 2018.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Em 2018 que teve essa reunião.

Senhor Juarez, eu quero aqui falar para o senhor, o senhor não pode ter auxílio de outra pessoa, desculpa. Porque a gente tem que ter muita cautela, para nós não perdermos a legalidade desse ato. Mas, fala o que o senhor lembrar. Tranquilo, entendeu?

Então, foi em torno de 2018, mais ou menos?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Isso aí, então. Estou satisfeito com a pergunta. Vamos passar para o Presidente.

Quero cumprimentar a Vereadora Elissandra. Tudo bem? E o Vereador Edmilson, lá de Alto Paraíso, que está aqui.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Senhor Juarez, só para esclarecer, durante sua fala, o senhor falou: "É porque eu cheguei há trinta e poucos anos, eu fui lá Incra, eles me deram aquela propriedade", não é?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como é que foi essa "eles me deram essa propriedade"? O Incra mesmo indicou: "Olha, isso aqui vai ser seu, o senhor vai trabalhar, isso daqui é para o senhor executar sua atividade." Como que foi? Explica para gente da forma que o senhor bem entender, mas explica para nós como que foi isso.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Sim. Olha, na época foi assim: eu vim trabalhar de vaqueiro na fazenda, bem de frente ao ramal. E daí, eu falei para o gerente da fazenda, falei: "Eli, eu vou ficar aqui trabalhando mais vocês aqui, mas eu vim aqui na intenção de arrumar uma terra aqui", porque eu tenho uma família muito grande. Eu precisava de apoiar minha família. Minha família vivia lá para Corumbiara, para lá.

Aí ele falou: "Olha, o Incra, tem dois funcionários do Incra aqui em Abunã, e eu vou te levar lá para nós conversar com eles." Aí eu fui lá no Abunã mais ele, na época eles estavam lá no Abunã. Aí eu fui lá. Aí o que que o rapaz do Incra me disse? O Mário Lúcio mais o "Tijolinho", ele disse: "Seu Juarez, já que o senhor está dizendo que o senhor tem uma família grande, ali na linha de ferro, tem uma área de terra ali, que está parada, que era do tempo antigo da linha de ferro, e o pessoal se mudou para BR e abandonaram aquelas áreas lá, elas estavam meio abandonadas. Então, o senhor quer formar uma comunidade? Aquelas terras ali

servem para o senhor porque tem vários lotes, não é só um lote.”

Aí foi quando que eu entrei para dentro da terra e busquei minha família e formei uma comunidade lá: desde o professor, começamos a dar aula, botei o meu irmão para dar aula para as crianças, debaixo de um pé de árvore, para depois nós fazer o prediozinho para a aula, não é? E aí, fui e coloquei a turma, nós tínhamos campo de bola; tinha nossa igreja, tinha tudo lá dentro, tinha tudo. Aí na época, nós plantamos um milhão de pés de abacaxi, formamos a Associação Arubu (Associação Rural de Abunã), lá em Abunã, e plantamos um milhão de pés de abacaxi. Ficamos conhecidos pelo local como o “rei de abacaxi” de Rondônia, ficou ali, a nossa região ali.

Então, a gente sofreu muito porque não produzimos, porque na época não tinha estrada. Nós tínhamos que tirar o abacaxi, eram 150 abacaxis em uma carroça de burro, sem estrada. Eu tinha que estar até ajudando o burro para poder desatolar para sair na BR. Então, foi muito difícil.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada. Mas, só para deixar bem claro, então foi o Incra que direcionou o local para o senhor e os funcionários?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Foi. Foi.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito, obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só para contribuir, Presidente Deputado Lucas. Eu queria só ver com o senhor Juarez para tirar minha última dúvida. Nessa reunião que o senhor fez lá no Restaurante Primavera, o senhor assinou algum documento que essa moça levou? Pediu ao senhor, que estava ocupando a área lá, o senhor assinou algum documento? O senhor se recorda?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Doutor, eu não me lembro se nós assinamos algum papel lá...

O SR. CIRONE DEIRÓ - Não se lembra.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Eu não me lembro porque, na hora, eu não fiquei muito bem com a palavra.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Está bom.

O SR. JUAREZ DE JESUS - E aí eu não me lembro. Não estou me lembrando assim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tudo bem.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Se o senhor assinou o documento ou não, não, tranquilo. Só para conhecimento.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Inclusive, nós fomos convocados para uma outra reunião, lá no Mutum, com

essa mulher. Nós fomos convocados para essa reunião lá. Nós fomos lá no prédio museu lá da nossa Cooperativa e lá o cara que estava com ela estava botando o povo para assinar uma ata lá, assinar um papel. Depois, um rapaz que é amigo nosso lá, que é o Bruno, e aí ele chegou e falou: “Olha, vocês não podem assinar esse documento. Vocês estão passando as terras de vocês para eles, entendeu? Não pode”. Pegou aquela planilha, tomou de nós, que o pessoal estava assinando.

E eu não assinei, que eu cheguei na hora, mas estava todo mundo assinando. Aí cheguei bem na hora que ele chegou. Aí pegou aquela planilha e não deixou ninguém assinar porque aí acabou até a reunião. Deu até uma confusão por causa desse negócio lá, que eles estavam botando o povo para assinar e aquilo ali teria prejudicado todo mundo.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Então, com essa declaração do senhor, o senhor está me afirmando que houve uma segunda reunião no Mutum?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Houve, não chegou a terminar, porque acabou nessa hora que o rapaz pegou a planilha e não deixou ninguém assinar. Falou: “Não, nós estamos perdendo as nossas terras se nós assinar isso aí”.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E o senhor tomou conhecimento dessa reunião como? Que haveria.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Por convite. Convidaram nós para poder ir nessa reunião, que ia ter uma pessoa lá. Quando chegamos lá, era ela.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Esse convite chegou através de algum ofício, algum documento? Ou o senhor soube por terceiros, vizinhos? O senhor se recorda, do convite?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Na verdade, eu acho foi através da Cooperativa. Não me lembro se foi...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Da Cooperativa.

O SR. JUAREZ DE JESUS - É.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - A Cooperativa, qual é o nome dela? Qual é o nome da cooperativa?

O SR. JUAREZ DE JESUS - A Cooperativa nossa é a COOPPROJIRAU (Cooperativa de Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau).

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - COOPPROJIRAU. Tá. Então tá, recapitulando aqui: o senhor se recorda que houve uma reunião, na qual uma

mulher que o senhor não sabe se referir o nome ou a qual órgão ela estava vinculada ou a uma empresa privada, apresentou de forma, em tese, não clara de que tipo de reserva se pretendia criar e quais as consequências disso para população. Após essa primeira reunião, que o senhor soube por terceiros — seu irmão lhe informou —, houve uma segunda reunião em Mutum e que a reunião não chegou a ser concluída, porque a população não estava satisfeita com o teor das informações que estavam sendo apresentadas. Essa afirmação que eu fiz é correta?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Sim, correta.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Recapitulando. Tudo bem. Então, o senhor poderia nos confirmar que, nessas duas oportunidades, pela compreensão do senhor, não houve concordância dos presentes com a criação dessa Estação Ecológica, dessa reserva? Houve a concordância ou a discordância dos presentes?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Discordância.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - A discordância. Ficou manifestado pelos presentes uma discordância?

O SR. JUAREZ DE JESUS – É. Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Certo. O senhor sabe informar... O senhor disse que em 2018, acredita que tenha sido, não sabe precisar a data com muita clareza, mas que provavelmente em 2018 essas reuniões tenham ocorrido. O senhor sabe informar se esses técnicos permaneceram na região por muito tempo? Por meses? Durante o ano inteiro? Ou se o senhor só os viu mesmo nessas duas oportunidades?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Só nessas duas oportunidades.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tá. E o senhor sabe dizer quantos ocupantes, proprietários da área, nesse tempo, que residiam lá, participaram dessas reuniões? Eu vou reformular a pergunta: o total de proprietários e moradores e residentes da região, todos eles estavam na reunião? Uma parcela pequena? Muitos ou poucos?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Uma parcela pequena.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Poucos estavam presentes nas reuniões.

O SR. JUAREZ DE JESUS – É, porque até mesmo que a usina já tinha tirado já o pessoal, então tinha pouquinho gente no local, eram uns três, quatro lotes. Juntou mais gente, mas não dono de terra. Não dono

de terra.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Tá. Então, tinham poucas pessoas ocupantes, mesmo, da região. Tudo bem, eu vou elencar algumas pessoas e eu vou pedir ao senhor que, após eu concluir o nome, o senhor diga — se o senhor souber, claro — se ela estava lá ou não, em alguma dessas reuniões. Pode ser?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Certo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Então tá. Estava presente, em algum desses dois eventos, o senhor Ari Pinheiro, da Sedam? O senhor pode falar “sim”, “não” ou “não tenho conhecimento”.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não tenho conhecimento.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Estava presente o senhor Celso Damasceno, da Sedam?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não tenho conhecimento.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Algum representante do Ibama?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – “Não estava presente” ou “não tem conhecimento”?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não tenho conhecimento.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Algum representante da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRIC)?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Também não. Até mesmo porque eles não falavam. Eles não eles não falavam, eles não se identificavam.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Apenas para ficar consignado. Porque, em tese, se algum dessas pessoas, algum desses órgãos estivesse lá representado, deveria se identificar, se apresentar, deveria ter um momento de fala em que olha: “Está aqui o fulano, ciclano, beltrano representando A, B e C”, né?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Só para consignar que, não ficou claro. Se estivesse presente, o senhor não se quer tomou conhecimento que estava.

O SR. JUAREZ DE JESUS - É.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Alguém da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), você sabe dizer se estava presente ou não?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Não tem conhecimento?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não tenho conhecimento.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Algum representante do SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia)?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Algum representante do Idaron (Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia)?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Da COOPPROJIRAU (Cooperativa de Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau). Tinha alguém lá da cooperativa? Você se recorda?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não, não me recordo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Talvez sim ou talvez não?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não me recordo. De lá não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tá. Da cooperativa. O senhor José Veríssimo, da Energia Sustentável do Brasil. O senhor sabe dizer se essa pessoa estava presente lá?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Como é que é o nome?

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - José Veríssimo.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não, não estava não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Alguém da Associação dos Produtores Rurais Extrativista do Rio Castanho, Abunã e Madeira (ASPRECAM)?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Eu não me lembro se tinha algum desses.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Não se recorda. Eu vou pedir que o senhor não...

O SR. JUAREZ DE JESUS - Acho que só mais o grupinho dali mesmo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tá. Mais uma vez vou reforçar o pedido que o Deputado Pedro Fernando fez ao senhor que, você sempre se dirija a nós. Nunca busque informação a nenhuma das pessoas que está com o senhor. Faça de conta que só somos nós aqui hoje, tudo bem? Obrigado.

E o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o senhor sabe dizer se tinha alguém lá, representando esse movimento?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Se tinha, o senhor não tinha conhecimento de que estava representando?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Dos que eu conheço, não estavam.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor sabe dizer ou conhece a senhora Ana Rosa Mesquita de Figueiredo e Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Não? Então, também o senhor não sabe o que eles fazem ou o que representam.

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tudo bem. O senhor avistou ou identificou algum técnico da Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental) realizando estudos na região?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Alguém passou na propriedade do senhor, da Sedam, dizendo que ia fazer algum levantamento, algum estudo?

O SR. JUAREZ DE JESUS - Não. De levantamento que foi feito dentro da minha propriedade, foi só na época a usina, quando estavam fazendo o cadastro, aí que eles passaram lá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Cadastro da usina. Funcionários da usina?

O SR. JUAREZ DE JESUS - É, para poder pagar. Que foi quando houve essa indenização.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Quando o senhor, de fato, foi indenizado nos 19 alqueires.

O SR. JUAREZ DE JESUS - É.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Tá. Agora para concluir, aqui, a minha participação. Eu gostaria de saber se o senhor conhece, independentemente de estar ou não nessas duas reuniões que o senhor mencionou. Ou se não conhece, mas se viu na região, nessa época as pessoas de: Isadora Araújo Chagas, Engenheira Florestal, conhece ou ouviu por lá?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Isadora. Conheço a Isadora, que era da Cooperativa. Mas, não lembro se ela estava lá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isadora Araújo Chagas Vieira, Engenheira Florestal. O senhor conhece pela cooperativa, mas não sabe afirmar se ela estava por lá realizando alguns estudos na época.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não me lembro, na época.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor conhece a Engenheira Florestal, Dalita da Silva Rover, sabe se ela esteve por lá, fazendo algum tipo de estudo?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor Darius Augustus Vaquer Araújo e o senhor Osvaldo Castro Oliveira, ambos extrativistas?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Priscila Rocha, Engenheira Florestal?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Paulo Sérgio Lima, Gestor Ambiental?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Eli Winte Shockness, Engenheiro Florestal?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Sebastiana Socorro da Silva Almeida, Engenheira Florestal?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Márcio Antônio Nunes Brandão, Engenheiro Florestal?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Silvia Gonçalves, Bióloga?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Estou satisfeito, senhor Juarez. Deixo aqui aos deputados caso queiram fazer alguma indagação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Só para finalizar, aqui, com o senhor Juarez. O senhor falou que o Consórcio Jirau que fez o CAR lá da área, não é? O “geo”, né?

O SR. JUAREZ DE JESUS – O “geo”.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Que fez o “geo”. O Terra Legal, quando passou lá, não fez o “geo” da área do senhor? Lembra do Terra Legal?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Lembro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Ele esteve lá?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não. Nós viemos fazer esses documentos do Terra Legal aqui, em Jaci-Paraná. Nós viemos, o grupo, fazer ali. Foi um pessoal ali para Jaci e a gente foi convidado e a gente veio fazer ali.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E o Terra Legal foi lá fazer o “geo das propriedades? Vocês fizeram a inscrição?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não. Foi não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E quem foi lá foi o pessoal da usina?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Foi da usina.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Que fez o “geo” da área de vocês?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Foi, foi feito. Foi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tá. Mais algum questionamento?

Satisfeito. Obrigado. Deputado Lucas Torres.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Deputada Dr^a Taíssa, vai concluir com a pergunta dela.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para esclarecimento. O senhor falou que, essa mulher que foi lá nesse restaurante, ela trouxe um documento, não é? A maioria de vocês estão lá há mais de 34 anos; qualquer documento, vocês

tinham compreensão desse documento? Conseguiram entender o que significava esse documento?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Isso era só com o senhor ou com os demais também?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Eu acredito que os outros também não, né? Porque quase todo mundo, no dia desse documento, quase todo mundo ia assinar sem saber, sem ler, sem nada, né?

A SRA. DRA. TAÍSSA - E sem saber o que que tinha, né?

O SR. JUAREZ DE JESUS – O que que tinha, né?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Satisfeita.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhor Juarez, muito obrigado pela sua colaboração. O senhor quer fazer alguma consideração? Se sim, peço que seja breve, ou não?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não, o que eu digo é só que, a preocupação da gente, né? Que estamos esperando a situação.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Sim.

O SR. JUAREZ DE JESUS – É que nem eu, que fui notificado. Que eu tinha que tirar meu gado de lá e estou meio parado, com medo. Porque disseram que, se me pegassem lá dentro me prendiam. Então, nós paramos. Meus filhos estão muito preocupados, todo mundo sem saber o que faz.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Nós entendemos os anseios de vocês.

O SR. JUAREZ DE JESUS – E daí, quando fez a notificação, nós não mexemos mais nada, paramos todo mundo. Não tiremos o gado, que eles queriam que tirasse, nós não tiramos. Mas está todo mundo preocupado, sem saber o que é que faz. Às vezes, tem, aos poucos, aberto o que a gente tem, está sujando tudo, virando com a capoeira, e a gente sem poder fazer nada, com medo de entrar lá dentro, e ser preso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Porque, na época, no caso que eu tinha a notificação, eu tinha tirado os meus filhos de lá, porque tem criança pequena. Então, a estrada estava muito ruim. Aí eu tirei eles para a BR, para poder passar a chuva, para manter as crianças da escola. Aí, agora que eu fui arrumar a estrada, mas arrumei e não pude voltar para lá porque com medo

de...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Sim. Hoje, com o decreto em vigor, realmente o senhor fica numa situação delicada.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Deixa eu só tirar uma dúvida, Presidente Deputado Lucas

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Pode ficar à vontade, Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ - O senhor está me dizendo que, hoje então, o senhor não está morando mais na terra?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não estou parando na casa, mas tenho minhas coisas lá.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Suas coisas estão lá...

O SR. JUAREZ DE JESUS – Só vai lá... a gente vai lá e sai fora. Não estamos fazendo trabalho.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Certo.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Estamos parados agora.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Então, o senhor não está zelando da terra hoje, por conta de que houve uma determinação para o senhor sair da terra.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Da notificação. Foi.

O SR. CIRONE DEIRÓ - A sua criação continua lá?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Continua lá. Nós só olhamos e saímos fora.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor hoje mora onde? Com quem?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Nós estamos na beira da BR. Quero dizer, o meu filho que mora lá dentro, ele não está podendo voltar para lá, porque todo mundo está com medo. Se nos pegar lá, vão prender. Então, as casas estão lá, paradas.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só deixar claro na ata, Deputado Lucas, que hoje ele não está na propriedade devido à recomendação para sair e que está morando na BR... de favor?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Não, a gente tem um terreninho na beira da BR à frente ali, que nós construímos uma vilinha ali na frente para a gente.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Ok.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Qual foi a data

dessa notificação? O senhor sabe? Para o senhor sair da terra, quando o senhor recebeu a notificação, que ano foi?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Eu até trouxe essa notificação naquela outra reunião que teve, não me lembro o dia, mas até eu trouxe, o deputado ficou com ela.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor apresentou essa notificação?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Naquela reunião que o senhor trouxe a notificação, então foi por causa daquela que a gente fez, aquela reunião recentemente.

O SR. JUAREZ DE JESUS – Foi. Foi numa terça-feira. Eles me notificaram na sexta-feira, às 06 horas da tarde, e aí na terça-feira...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor lembra o mês, o ano? Foi esse ano?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Foi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Foi no começo desse ano, não é?

O SR. JUAREZ DE JESUS – Foi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, eu quero que registrem em ata aí que foi no começo desse ano que foi a notificação para eles saírem da propriedade.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Positivo. Dou por encerrada a oitiva, e concluído o Termo de Declarações do senhor Juarez de Jesus. E, prosseguindo, daremos início agora à oitiva, mediante Termos de Declarações, do senhor José Afreu. Senhor José Afreu, seja muito bem-vindo. E a pergunta que abre essa nossa oitiva com o senhor é: desde quando o senhor ocupa a área e o senhor a utiliza como moradia? Pode ficar à vontade.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Boa tarde, senhores Deputados. Boa tarde a todos. Eu, desde 2006, que eu utilizo essa área de terra, lá que eu comprei já. Não foi conseguida pelo Incra, foi comprada, com benfeitorias já de outro rapaz, de outro cidadão que morou lá, há muito tempo. E nessa época, em 2006, o meu acesso era pelo rio Madeira. E no ano de 2007, de 2006 para 2007, eu sofri um acidente na cachoeira do Tamborete, que, nessa época, no verão, a voadeira não descia a cachoeira, e no inverno era perigoso demais. Então, eu sofri um acidente. Aí, graças a Deus, eu estou vivo hoje aqui contando a história. Em 2007, eu comecei uma estrada — só eu e Deus e um trator velho —, quebrando os pedaços, mas eu cisme em fazer essa estrada, eu mesmo manobrando com esse trator, na 364

até lá hoje onde é o meu barraco: 35 quilômetros de estrada.

Em 2010, começou a aparecer esse “piseiro”, o negócio dessa usina, em 2010 para 2011.

No final de 2011, essa usina começou a me fazer oferta para eu vender a estrada. E eu respondi muitas e muitas vezes que eu não fiz estrada para vender para ninguém, fiz estrada para a comunidade e para o meu uso. E estou até hoje lá. Ameaçado. Porque o Ibama realmente, aqui e acolá, vai lá, que nem a semana passada foram lá. Tentaram quebrar a minha porteira. E se tivessem quebrado a minha porteira... não quebrou porque ela é muito forte, um cadeado muito grosso que eu botei lá e uma corrente também. Mas está lá a corrente toda amassada, que eles meteram um “alicate” para cortar, e o alicate não deu conta de cortar. Porque, se eles fazem isso, o meu gado tinha ido para a mata. Certo? Então, eu estou aqui para pedir ajuda de todos vocês.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor ainda reside lá? O senhor mora lá?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Resido lá, tenho gado lá e, aos trancos e barrancos, estou indo lá. Inclusive essa semana, eu tenho que tirar 60 garrotes de lá, porque não posso deixar esses garrotes engordar lá, porque vai chegar ao ponto de matar, e eu não vou poder. Daqui a uns 3 meses ou mais, eles têm que ir para o frigorífico, e não tem mais estrada para chegar até lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Senhor José, o senhor tem ficha no Idaron desses...? Tem?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Tenho, tenho ficha do Idaron, tenho CAR, tenho o “geo”, tenho... o documento que você pensar eu tenho.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor tem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) também?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Tenho. O que o senhor pensar...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor tem financiamento?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não, graças a Deus. Eu só devo a Deus.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então está bom. Mas, o senhor tem a DAP, não é, do produtor rural?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Tenho. Todo documento que o senhor que pensar, da terra, eu tenho. Só não estou com o Título em mãos, porque na época quando foi feito o “geo”, foi uma firma de Pimenta Bueno que entrou fazendo o “geo” lá dentro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Essa firma estava contratada, o senhor sabe, pela usina ou pelo Terra Legal?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Pelo Incra. Pelo Terra Legal.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pelo Terra Legal?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Contratada pelo Terra Legal. Eu digo porque tiveram muitos rapazes que fizeram.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor fez o seu cadastro no Terra Legal e eles, depois de algum... eles passaram primeiro fazendo o cadastro, depois que eles passaram com essa empresa fazendo o “geo” das áreas?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Aham. O “geo”, as picadas e todos os levantamentos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor chegou a pegar o Certificado de Regularização de Ocupação dessa área, o CRO?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Tudo. Eu só não tenho o Título definitivo, porque este foi travado pelo Incra depois que a usina...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quando estava para emitir o Título, foi travado.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – A usina travou o Título, a documentação de todos os cidadãos dessa área. São 166 cidadãos que estão nessa área Umirizal. Todos eles estão travados. Que eu não sei de onde arrumaram esse Umirizal, que lá não existe esse Umirizal. Existe uma área muito produtiva que de tudo o que o senhor plantar, lá tem. Só não tem o preguiçoso que não tem coragem de cortar um cipó para se plantar macaxeira, abacaxi, mamão, banana. Tudo perde porque não tem estrada para se tirar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu quero que registre em ata a declaração dele sobre a questão do Terra Legal e da questão do CRO.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Toda a fala dele, Deputado Pedro, está sendo registrada. O senhor pode ficar tranquilo que vai ser consignada integralmente, *ipsis litteris*, pela Taquigrafia da Casa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito então. Pode seguir, deputado. Desculpa a interferência, mas achei necessário a gente ter essas informações.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – É

pertinente.
Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só para reforçar o esclarecimento. O senhor falou que o senhor tem vários documentos. O senhor sabe de alguém lá no Umirizal que chegou a receber o Título definitivo?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Sei.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quantas pessoas mais ou menos e quem, o senhor poderia descrever, sabe o nome, pelo menos?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – O nome, imediatamente aqui eu não sei. Agorinha de lembrança eu não sei, mas eu sei que tem cinco pessoas que tem Títulos definitivos, que, inclusive a cópia desses Títulos estão com nós, representando a associação, a Asprecam, e eu posso dizer com quem estão outras cópias desses Títulos?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pode.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Com o senhor Doca.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso. E essas pessoas estão dentro da área que foi transformada em reserva?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Estão dentro da área. E tem manejo feito dentro dessa reserva. Tem dois manejos que já exploraram e tem dois que estão prontinhos para ser, que já era para terem sido liberados e não foi por causa dessa bendita reserva.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só para esclarecer, também já teve situações de o senhor ir no Incra e o Títulos de outras propriedades estarem prontos, mas estarem com uma observação de cancelado?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Tem.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Qual atividade o senhor desenvolvia na região?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – De agricultor. O que o agricultor desenvolve na região? É a produção do arroz — menos arroz, que lá não tem condição de a gente tirar arroz para fora.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Vários tipos de culturas.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu só queria que o senhor descrevesse, para ficar registrado.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Está certo. A

macaxeira, que fazia farinha, o milho, o gado de corte e o gado de leite, porco, galinha, certo? Não tem mais produção lá porque nós não temos estrada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Estrada, escoamento.

O senhor já foi entrevistado por algum técnico da Sedam ou alguma empresa, sobre a pretensão de ser criada uma unidade de conservação naquela área?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Nunca vi nenhum lá dentro.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Nunca nenhuma empresa ou algum representante da Sedam esteve com o senhor para lhe entrevistar, falar assim “Senhor José, nós estamos querendo criar uma reserva aqui, assim, assim.” Nada?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Teve para multar. Teve me procurando para saber se eu tinha feito roça, se eu tinha ultrapassado o meu limite de derrubada, certo? Para me multar, mas para me dizer...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Consultar o senhor sobre a criação de uma reserva futura, nunca?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Nunca, nunca, nunca.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor chegou a participar de alguma reunião, alguma oficina, algum evento em que foi indicado, com clareza, que se pretendia criar uma unidade de conservação? Qual modalidade de unidade conservação se estaria criando? Quais as consequências para o senhor e para os demais moradores da região sobre a criação dessa unidade de conservação e o que poderia ou não ser praticado dentro dos limites dessa área de reserva?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor nunca participou de nenhuma reunião?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Nenhuma, porque nunca apareceu ninguém convidando.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor nunca foi convidado, nunca tomou conhecimento?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor estava ali praticando a sua atividade...

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Tudo

bem.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Participei de reunião, mas não convidado, nem por Sedam, nem por Ibama e nem por esses outros órgãos.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Reunião dos próprios moradores?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não. Não de que vai fazer reserva, só pela Usina Jirau. Que a Usina Jirau, essa quando ia fazer uma reunião, ela convocava a pessoa 15 dias antes. Ou aqui em Nova Mutum ou em Abunã, mas dentro dos moradores, dentro do ramal mesmo, nunca.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E essas reuniões da Jirau costumavam ter o que como pauta?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Era só a serviço da Jirau.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Só falava sobre indenização...

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – O que teve de falar de indenização foram as primeiras reuniões, certo? Quem aceitou as propostas, aceitou. Quem não aceitou fez como eu que desde 2010 está entregue nas mãos de Deus e Deus toma conta.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, o senhor não participou de nenhuma reunião a não ser com a Empresa Jirau. O senhor então está afirmando que não houve, e se houve, não chegou ao conhecimento do senhor, consulta ou alguma audiência pública sobre a criação de uma estação ecológica, lá?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não. Nunca houve. E sobre, vou adiantar já logo, sobre esse senhor que o senhor perguntou ali para o senhor Juarez, de uma senhora e um senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso, vou começar a elencar os nomes agora para o senhor, mas pode falar.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Eu cheguei a ver eles na estrada, eles passaram 16 dias ali no ramal São Sebastião. Foram 16 dias. Certo? Nessa época eu digo e provo e se eu ver eles eu aponto o dedo na cara deles. Certo?

Eles saíam da BR às 09 horas da manhã, chegavam na casa cada um cidadão, — que a estrada, a primeira casa que tem ali é 2.300 metros entrando no ramal —, atava uma rede de um pé de manga para outro e ficava lá, deitado, das 09 horas da manhã às 03 horas da tarde. Um senhor de idade, uma senhora e um motorista, que estava escrito no carro Sedam.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor sabe dizer se essas pessoas a quem o senhor se refere, esse senhor e essa senhora, se tratam de Ana Rosa Mesquita de Figueiredo e Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Nunca vi falar o nome deles, porque eles nunca deram “bom dia” para mim. E nem para o próprio dono da casa que aqui está nesse plenário. Certo? Nunca deram nem “bom dia” para eles também. Mas, eram os donos da casa.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Estavam em um carro com a escrita da Sedam?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Sedam. Certo? E o motorista tinha um emblema Sedam na roupa dele. Agora, esse senhor eu sei que é um senhor meio de idade, certo, e que na última reunião que teve aqui no Nova Mutum, que o Bruno deu uns empurrão nele, foi quando o Bruno tomou os “papel” da mão dele, é por que ele estava fazendo o pessoal assinar uma ata que não tinha cabeçalho.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Entendi.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Certo? Foi quando o Bruno se espantou e falou, “gente,”...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso foi naquela reunião em Nova Mutum, que o senhor Juarez comentou para nós?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – É, que o senhor Juarez comentou. Então, assim, esses documentos, essas coisas que eles estão inventando aí, eles chegavam para os moradores lá dentro, que eu sempre debati. “Gente, olha se tem cabeçalho. Como é que vocês vão...” Não, não tinha. Digo: “Só tinha o quê?” Só tinha data, mês e ano. Digo: “Então, para quê é que vocês assinaram, gente? Vocês estão assinando a cova de vocês.” Isso foi um que eu debati muitas vezes, lá dentro.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Esse documento então não ficou claro do que se tratava. Pediu uma assinatura dos senhores, que estavam lá, mas não explicaram o que vocês estavam assinando. É isso?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Eles não explicavam. Eles não explicavam.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo. Eu vou elencar aqui o rol de pessoas para o senhor dizer para mim se o senhor se recorda se eles estavam por lá, sim ou não, ou se o senhor não tem conhecimento. Nessa reunião de Nova Mutum o senhor foi?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Fui.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor foi. O

senhor tomou conhecimento dela como? Como o senhor soube dela?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Avisado pela usina.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – A usina?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – A usina.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Tá. Nessa ocasião ou alguma outra oportunidade, o senhor se lembra de ter visto por ali, na região, presente em algum evento, o senhor Ari Pinheiro, da Sedam?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – O Ari Pinheiro? Eu vi ele uma vez. Uma vez só, no Abunã. Uma vez. Ele não deu uma palavra com “senhor ninguém”, ele estava acompanhando o pessoal da usina. O pessoal da usina foi quem falou. Certo?

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Nessa mesma época?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Nessa mesma época.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhor Celso Damasceno, da Sedam?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Nunca ouvi falar.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Algum representante do Ibama?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Vi um, também acompanhado pela usina. Esse, nunca disse nada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso aqui, no caso, o senhor está dizendo que viu o senhor Ari Pinheiro, algum representante do Ibama acompanhando a equipe da usina, mas não referente ao evento onde se discutia a criação de estação ecológica, não?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não, não, não, não, não. A usina só.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Nesse contexto — de algum evento de criação da Estação Ecológica — nunca os viu?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Nunca, nunca nenhum usou. A usina falava sobre o seu problema, o impacto ambiental dela, sobre o negócio de alagação.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Da usina?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Da usina.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Não da criação de reserva?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não. Não de criação de reserva, que isso nunca foi falado. Essa criação de reserva foi falado no final do mandato do Confúcio Moura.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Para simplificar então, nessa reunião de Nova Mutum algum representante identificado que se apresentou da Semagric, da Sema, do Sipam, do Ibama, do Idaron, da cooperativa Coopprojirau, da Asprecam ou do MAB?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Da Asprecam apresentou, porque tinha o Presidente da Asprecam.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, apenas, desses que eu mencionei aqui, só da Asprecam? Alguém da Sedam nessa reunião? Não? Se tivesse não estava identificado.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Se tinha não foi identificado e nem tocaram no assunto de reserva, nem de nada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Tá. E a população presente manifestou concordância ou discordância sobre criação de alguma reserva ou sequer compreenderam que se discutia sobre criação de uma reserva?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Nenhuma população compreendeu nada, porque nunca eles explicaram o significado daquela reunião.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo. Então, não tem como afirmar que eles estabeleceram qual seria a localização, o tamanho, as poligonais dessa reserva e nada disso envolvendo essa criação dessa estação ecológica?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Positivo. Vou elencar para o senhor o nome de alguns engenheiros florestais, alguns servidores aqui para o senhor mencionar se o senhor já os viu na região fazendo algum tipo de trabalho. Se o senhor conhece, se não conhece ou se não conhece ou se não teve conhecimento. Isadora Araújo Chagas, Engenheira Florestal?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Nunca passou lá perto.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Dalita da Silva Rover, Engenheira Florestal?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Darius Augusto Vaquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira,

extrativistas?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Esse eu nunca vi também andando no ramal.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Priscila Rocha, Engenheira Florestal?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Engenheiro Florestal, Eli Winte Shockness?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, Engenheira Florestal?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Márcio Antônio Nunes Bueno, Engenheiro Florestal?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E a Bióloga Silvia Gonçalves?

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Me dou por satisfeito. Sem mais perguntas.

O SR. JOSÉ AFREU DA SILVA - Eu não vou confirmar para os senhores que vi, porque se eu disser, eu estou mentindo e já estou velho demais para mentir.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Sim, senhor. Agradeço por sua sinceridade.

Deputado Pedro Fernandes, Deputada Drª Taíssa, querem?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Satisfeita. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Senhor José Afreu, muito obrigado por sua colaboração. Dou por encerrado o seu Termo de Declaração. E vamos dar prosseguimento com a oitiva, mediante termo de declarações do senhor Jorge Ferreira dos Santos.

Senhor Jorge Ferreira dos Santos, o senhor será ouvido agora, mediante Termo de Declarações, para instruir a nossa CPI que visa o decreto que criou a reserva

da Estação Ecológica Umirizal, unidade de conservação. O senhor pode iniciar informando, por gentileza, desde quando o senhor ocupa a área e se o senhor a utiliza como moradia ou não.

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Tudo bem. Primeiro, boa tarde a todos. Eu queria agradecer a todos os parlamentares desta Casa, em nome da Deputada Dr^a Taíssa, que é minha representante pela região de Nova Mamoré, Guajará-Mirim e a Ponta do Abunã. Somos muito gratos por ter essa senhora nesta Casa junto com vocês.

Em relação a minha região, quanto ao Umirizal, eu não sou veterano como esses senhores que acabaram de declarar, como o senhor Juarez e o senhor José Afreu, porque eu cheguei nessa área nas mediações do ano de 2012, mais ou menos. Nessa média que eu comecei a me mover por ali. Eu não sou proprietário assentado pelo Terra Legal, nem pelo Programa do Incra. Eu comprei posse de pessoas que já viviam ali. Entende?

Então, eu não posso contar a mesma história, raízes, como eles. Porém, eu posso contar os acontecimentos do meu tempo para cá. Então, em relação a isso aí, a minha primeira resposta, se estiver satisfeito, seria essa para começar. Eu sou novato. É isso que vem acontecendo. Eu estou lá de 2012, aproximadamente, para cá, até o dia de hoje. E aí podemos, então, dar continuidade na sequência que vocês acharem compatível a minha resposta.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Senhor Jorge, primeiramente, obrigada pela deferência. Tenho muito carinho pelo senhor.

Gostaria de saber, já que o senhor comprou de terceiros, essa pessoa, quando o senhor comprou, ela já estava lá mais ou menos há quanto tempo? Se vocês fizeram um contrato de compra e venda, aquele contrato básico. Foi feito isso?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Sim. Quando comprei essas posses, na verdade, eu comprei três posses. Ou seja, três posses de área de aproximadamente cinquenta hectares cada. Então, essas pessoas estavam ali desde o ano de — segundo eles e segundo o contrato onde consta a documentação deles, a origem — 2002, estavam ali. Pois, antes desses posseiros existiam outras pessoas que teriam já, digamos, vendido o direito para eles. Mas, gerou documento? A cadeia documentária gerou dali para cá, do ano de 2002 para cá.

E aí negociamos. Primeiro, eu comprei uma posse, depois outra, depois outra; que eu nunca sonhei que chegaria onde chegamos. Eu acreditei, porque uma terra com possibilidade de trabalho, de produzir e progredir, ajudar o meu Estado e o meu país, de uma certa forma levar a comida na mesa de cada um, principalmente na minha; e seria o combustível para eu sustentar minha família, meu emprego. Entende? Eu acreditei. Então, foi isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tá. Depois de 2012, senhor Jorge, o senhor fez, foi feito algum georreferenciamento, algum registro no CAR? O que aconteceu?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Sim, sim. Depois que eu peguei o Direito de Posse, que eu comprei de pessoas, no caso, eu fui terceirizado, eu recorri ao Programa Agrário, ou seja, o Incra. Na época era envolvido o Terra Legal, vinculado — não é? — ao Incra. Então eu requeri o georreferenciamento. Foi quando saiu realmente georreferenciamento, memorial descritivo e gerou documentos, possivelmente achei que seria mais original.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Já foi no nome do senhor que esses documentos saíram?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Na verdade, as primeiras análises, sim; mas depois eu tive um certo problema. Eu tive que, no caso, passar esse documento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Passar para a família?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Isso, passei para pessoas de maior de idade, com responsabilidade, o poder de documento.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor ainda mora lá, atualmente, com sua família?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Sim eu, na verdade, eu não fico 48 horas da minha vida lá dentro porque eu tenho um netinho, que eu cuido desde que nasceu, e tenho uma casa em Nova Mamoré, então a minha mulher fica lá, e às vezes eu saio de lá e vou visitar, mas o meu maior tempo, a minha dedicação, o meu trabalho e tudo que tem, é lá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E qual atividade o senhor desenvolve lá, econômica?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Olha, a gente mexe, como o companheiro acabou de dizer, agora há pouco, sobre a produtividade, de rocinhas, essas coisas, a gente tem é a base de quintal. Vou ser sincero. O serviço mais expandido lá é a criação, a pecuária.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Bovina?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – É, reprodução e corte.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Senhor Jorge, o senhor tem DAP?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Em meu nome

não, mas em nome de quem está o documento sim, tem.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tem algum financiamento?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Sim, tem. Tem investimento, tem investimento, sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tem. Então, o senhor tem o memorial descritivo?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Memorial descritivo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Feito pelo Terra Legal?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Foi feito o “geo”?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – O CAR.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O CAR, CRO?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Movimentação do Idaron.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O Senhor tem CRO ou saiu o Título pelo Terra Legal?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Foi para análise e travaram.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Está parado?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Justamente nessa época aí. Quando foi para análise para sair, eu acho que saiu, mas não me deram o sim, que saiu não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor chegou lá a partir de 2012 mais ou menos?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E está lá até hoje. A pessoa que o senhor comprou estava a documentação de 2002, mas já tinha gente lá antes. Mas, perto da época da criação, do Decreto que criou a Unidade de Conservação, o senhor se lembra, se algum técnico da Sedam ou alguém de alguma empresa entrevistou o senhor, foi até a sua propriedade, pediu para falar com o senhor, deixou de forma clara, muito cristalino, o que o Estado pretendia fazer ali naquela região?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – A única, vamos dizer, pesquisa que eu tive a base, a cálculo de entrevista, foi ESBR (Energia Sustentável do Brasil) quando a

primeira vez, não me visitou, mas me entrevistou em caminho também, dizendo que possivelmente, estava fazendo uns estudos naquela área e, possivelmente, algumas áreas iam atingir o remanso do reservatório. E que aquelas áreas que atingissem o remanso, seria negociado com os proprietários, a base de indenização e assim aconteceu.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Mas, aí foi a equipe da usina.

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Da ESBR, ninguém mais.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Da Sedam ou, em tese, representando a Sedam, e não para tratar sobre impactos ambientais da usina, mas para tratar sobre criação de unidade de conservação que iria se sobrepor sobre a propriedade de vocês, alguém entrevistou o senhor?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E alguém deixou claro para o senhor, complementando a pergunta, em que local, qual o tamanho, quais os polígonos, quais as consequências da criação da unidade de conservação para quem estava naquela região, como o senhor?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Não?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor foi em alguma reunião, em algum evento, onde se debateu isso de forma clara: “Olha, aqui é o mapa, está aqui a propriedade de vocês, a gente quer fazer aqui uma unidade de conservação com tal classificação jurídica, esses são os efeitos...” O senhor participou de alguma reunião dessa?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Olha a reunião que eu achei que eu ia ter mais êxito com o resultado, que é onde tinham mais pessoas e tinha mais representantes de algumas comunidades e até de órgãos públicos também, foi essa que foi tumultuada, que eles acabaram de declarar, eu não podia afiliar, mas eu participei dessa reunião.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Em Mutum. O senhor tomou conhecimento dela de que forma? O senhor soube através de quem?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Através da própria ESBR que convocou a Asprecam, no caso a associação, e aí foi espalhado para a comunidade, e eu participei.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – A usina. Entendi. E ficou claro qual que era o tema da reunião, o que seria discutido lá?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – O tema número um, o pessoal da ESBR declarava, no caso, limitações da área do reservatório, ou seja, área abrangida pelo remanso do reservatório, mas que não tinha nada a ver com as nossas áreas, não tinha a mínima intenção de reserva, nem pegar a terra de “seu ninguém”. Ia indenizar as áreas do reservatório. Somente isso e nada mais. Inclusive, prometeram parte de infraestrutura para nós, que nunca fizeram.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor assinou algum documento nessa reunião?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Não. Não, porque tumultuou.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Mas, foi pedido para assinar algum documento?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Pediram, vinham com uma ata rodando para lá, para cá, um documento de afirmação de presença, não sei o que mais, mas nem chegou até a mim, porque antes de chegar eles consumiram com aquilo. Tumultuou.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo. O senhor sabe dizer se técnicos do governo ou de alguma instituição privada realizaram estudos na região, e se sim, por quanto tempo? O senhor viu lá a Sedam fazendo estudos técnicos, medições, levantamentos?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Olha, algumas vezes, eu trabalhando em cima de minha propriedade, eu tenho observado caminhonetes da Sedam passar para lá e para cá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Mas, o senhor não sabe o que estão fazendo?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Existe uns poços lá, uns marcos azuis, eles extraíndo água, não sei se é para análise de metal pesado ou o que significa aquilo, alguns pontos que têm no ramal, examinando aqueles poços lá e passando para lá e para cá. Agora, me parar e dizer o que estava acontecendo ou qual a possibilidade de me deixar ciente de alguma coisa, não. Isso não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Certo. E para a gente concluir aqui então as declarações do senhor, eu gostaria que o senhor informasse se, nessa reunião em Mutum, onde houve essa forma tumultuada, se ficou evidente se os presentes discordavam, eventualmente, da criação de alguma estação ecológica.

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Eu afirmo que 90% das pessoas estava completamente em discordância. É tanto que acabou.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Ficou claro se havia algum representante de algum poder público lá nessa reunião? Alguém da Sedam, do Ibama, da Sema, do Sipam, Idaron?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Olha, existia, porém não me pergunte o nome porque eu não me lembro. Mas, existia representante do Ibama, representante da Sedam, da ESBR eu me lembro, porque tenho lá, que inclusive eu conheci muito tempo, esse aí, “não sei o que” Veríssimo, que você citou. Ele estava lá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Ah tá. Coronel Veríssimo, da Energia Sustentável do Brasil.

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Tinha do Ibama, tinha, sim, esses órgãos. Existia...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, essa reunião em Mutum?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Existia, sim, pessoas. Porém, não foi concluída a reunião.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E essas pessoas, cada uma delas teve direito a discurso, a fala? Eles se posicionaram de alguma forma?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Sim, quando chegou na parte da Sedam, que começou a dizer algumas coisas meio diferentes, que o povo discordou, foi aonde deu o tumulto. Simples assim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Estou satisfeito. Alguém quer fazer mais alguma pergunta? Mais uma pergunta, Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só para esclarecer, nessa reunião foi passado um documento. Vocês compreenderam o que tinha naquele documento? Ou não dava para entender?

O SR. JORGE FERREIRA DOS SANTOS – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem mais perguntas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Senhor Jorge, muito obrigado. Dou por encerrado o Termo de Declarações do senhor.

E para dar continuidade, concluindo então os representantes aqui da Estação Ecológica Umirizal, nós daremos início ao Termo de Declarações do senhor Roberto Correia, no bojo da presente CPI.

Senhor Roberto Correia, seja muito bem-vindo. Em razão e respeito a todos os senhores aqui presentes,

e ao avançado do tempo — nós ainda teremos oito pessoas a ouvir após o senhor —, vou pedir que o senhor tente ser bastante sucinto nas respostas e se ater às perguntas. Mas, fique à vontade para apresentar qualquer esclarecimento que o senhor entender e reputar interessantes e relevantes para a verdade dos fatos.

O senhor ocupa desde quando a área? É onde o senhor reside? Se o senhor atualmente utiliza como moradia, ou não.

O SR. ROBERTO CORREIA – Boa tarde a todos.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Boa tarde.

O SR. ROBERTO CORREIA – Nobres deputados; Deputada Dr^a Taíssa, lá da nossa região, e demais deputados; os companheiros aqui da ASPRECAM e os amigos aí, sofrendores, do Rio Pardo também. Eu não moro na região e eu falo aqui em meu nome e em nome de Nilson Gonçalves Rezende, que é o sócio lá na propriedade. E nós estamos lá desde 1999. A propriedade é dividida em duas partes, são dois “geo”, dois CAR, dois ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural). Então, lá nós temos tudo, duas fichas do Idaron. E já estamos lá, fazer como o outro, sofrendo já há bastante tempo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor falou em “geo”, falou em CAR. Título definitivo não tem?

O SR. ROBERTO CORREIA – O meu vizinho tem, o João Mucuta.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O vizinho do senhor tem Título efetivo?

O SR. ROBERTO CORREIA – Tem Título de 238 hectares. Porque...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - A propriedade do seu vizinho está dentro da área que foi criada a reserva também?

O SR. ROBERTO CORREIA – Vizinho.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo.

O SR. ROBERTO CORREIA – Do lado. Assim, só a nível de esclarecimento, eu venho acompanhando a Associação e os movimentos e também essa questão documental. Então essa área, o documento começou através do Incra. Depois veio a criação do Terra Legal e todos os processos mudaram para o Terra Legal.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Esse vizinho do senhor foi indenizado quando da criação dessa reserva? O senhor sabe dizer?

O SR. ROBERTO CORREIA – Eu não compreendi a pergunta.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor sabe afirmar se o vizinho do senhor, que tem Título definitivo, e a área dele ficou dentro da unidade de conservação criada, se ele foi indenizado?

O SR. ROBERTO CORREIA – Não. Não há, ninguém foi indenizado com criação de reserva. As únicas indenizações que houve...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Foi das usinas, pelos impactos ambientais.

O SR. ROBERTO CORREIA – Foi da usina, pela criação do lago.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Isso. O que foi bem esclarecido pelo senhor Jorge também. O senhor pode esclarecer para nós quais são as atividades que o senhor desenvolve? O senhor e o seu sócio, senhor Nilson? Na propriedade.

O SR. ROBERTO CORREIA – Nós trabalhamos com pecuária, criação de gado de corte.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Predominantemente pecuária. O senhor ou o seu sócio, em algum momento, foram entrevistados por algum técnico da Sedam ou qualquer outra empresa, em nome da Sedam, do Governo do Estado, e informando sobre a pretensão de se criar alguma unidade de conservação naquela área?

O SR. ROBERTO CORREIA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Alguém procurou o senhor? Foi até a sua propriedade?

O SR. ROBERTO CORREIA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E deixou, de forma clara, especificado, que o Estado de Rondônia pretendia, naquela região, criar uma área e qual era o impacto disso para os moradores; qual que era a delimitação dela; quais seriam os efeitos; se havia indenização ou não para quem mora lá; de Unidades de Conservação? Nada?

O SR. ROBERTO CORREIA – Lá na nossa propriedade nunca foi.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então entrevista, nenhum?

O SR. ROBERTO CORREIA – Nenhum.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, ficou claro que nenhum dos entrevistados aqui, por nós, foi entrevistado, individualmente, por nenhum servidor público ou terceira pessoa, interposta pessoa. Embora, o senhor não tenha sido entrevistado, o senhor participou de algum evento, alguma reunião?

O SR. ROBERTO CORREIA – Participei. Eu participei de duas, de dois eventos. Um, em um bar, no distrito de Abunã.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo.

O SR. ROBERTO CORREIA – Eu não me recordo exatamente como eu fiquei sabendo, provavelmente tenha sido pelo pessoal da usina.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Certo.

O SR. ROBERTO CORREIA – Porque eles tinham, têm o acesso, o contato com a gente. E eu fui nesse bar. E lá eu vi uma senhora que dizia se chamar Rosa, que eu creio que seja essa senhora que você se referiu, que eu não tenho certeza.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Ana Rosa Mesquita de Figueiredo.

O SR. ROBERTO CORREIA – É. Porque ela não tinha nenhum crachá, nenhuma identificação e não me entregou nenhum documento do que ela pretendia. E outro senhor por nome Ari. Que, posteriormente, eu fiquei sabendo, que o nome é Ari Pinheiro. Me disseram que é um funcionário da Sedam.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E eles estavam nessa reunião, no bar, no Distrito de Abunã?

O SR. ROBERTO CORREIA – Em um bar do Distrito de Abunã. Foi o primeiro contato que eu tive com esse pessoal.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor se recorda qual é o teor das falas deles?

O SR. ROBERTO CORREIA – Se falava da criação de uma reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E ficou claro qual o tipo de reserva? Qual a área dela? Apresentaram mapas, apresentaram datashow, slide, algum tipo de apresentação?

O SR. ROBERTO CORREIA – Não. Até porque tinha pouca gente nesse local.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Poucas pessoas.

O SR. ROBERTO CORREIA – E aí, não se deixou

esclarecer. E ainda detalhe, não se dá documento, não tem um panfleto do que se quer fazer ou nada, nós não somos informados.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E as poucas pessoas que estavam presentes, concordavam com a criação dessa reserva ou não?

O SR. ROBERTO CORREIA – Não, ninguém concorda com a criação de reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Certo. E após essa reunião nesse bar, teve alguma outra reunião que o senhor tenha participado?

O SR. ROBERTO CORREIA – Eu participei, também, desse evento, dessa tentativa. É preciso deixar claro, que lá no Mutum, não houve uma reunião, houve uma tentativa de reunião. Nós fomos convocados pela usina, fomos para o auditório da Usina de Jirau, no Distrito de Mutum. E o som que tinha era uma caixinha, daquelas caixinhas de som pequena, um microfone péssimo, de uma péssima qualidade.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Certo.

O SR. ROBERTO CORREIA – E uma vez, estando lá, foi pedido o direito de fala, e não nos foi concedido o direito. Daí veio o tumulto.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Entendi.

O SR. ROBERTO CORREIA – Inclusive, uma das pessoas que fez a contestação, foi o próprio Emerson que é funcionário do Ibama ele foi um dos próximos, dos que fez, ele falou, que não é possível, se criar, se ter uma audiência pública, onde as pessoas não tinham direito de fala. E, eles disseram que não seria permitido ninguém falar e que, só eles iriam expor o que eles iriam fazer e que era para assinar aquela ata. Então, foram canceladas as assinaturas que tinham iniciado naquela ata.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Entendi. E o senhor sabe dizer quem eram os representantes do poder público que estavam presentes nessa reunião? Se identificaram? Tem alguém lá? Qual era os órgãos representados ali?

O SR. ROBERTO CORREIA – É como eu disse, a condição de som era péssima.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Era precária. Então, não ficou claro.

O SR. ROBERTO CORREIA – A reunião não chegou a acontecer.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Foi uma tentativa

de reunião frustrada.

O SR. ROBERTO CORREIA – Foi uma tentativa de audiência. Porque o que percebemos enquanto moradores, que o objetivo daquilo ali é só tirar a foto e mandar você assinar a ata.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Entendi. Para dizer que foi dado conhecimento.

O SR. ROBERTO CORREIA – Então nós, em um movimento organizado, nós evacuando o ambiente, recolhemos as assinaturas que tinham sido colocadas na prancheta e aí tentamos falar, tentamos expor...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Não tiveram a oportunidade.

O SR. ROBERTO CORREIA – Não nos foi dado. Era uma senhora por nome Rosa, um senhor que se dizia o marido dela, que eu não sei o nome. E lá o Emerson estava, tenho certeza, porque ele tentou falar, ele tentou intervir. O Ari, creio que estava também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Esse Emerson, é servidor do Ibama?

O SR. ROBERTO CORREIA – O Emerson é servidor do Ibama.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor não sabe o sobrenome dele não?

O SR. ROBERTO CORREIA – Não. Mas, ele trabalhou aqui. Ele inclusive, esteve na nossa região fazendo levantamento a pedido da Associação, a pedido do Ibama de Brasília. Mas, a gente pode conseguir o nome dele. Se eu posso me incumbir de fornecer o sobrenome dele.

O SR. PEDRO FERNANDES – Beleza, vamos tentar levantar. Se nós não conseguirmos, vamos pedir ajuda do senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Pode falar Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Senhor Roberto, o senhor falou aqui que teve uma reunião, né? Somente foi nesse momento essa tentativa de audiência pública. Não teve nenhuma outra tentativa?

O SR. ROBERTO CORREIA – A única tentativa de audiência pública foi essa do Mutum.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. O senhor, lembra o ano pelo menos?

O SR. ROBERTO CORREIA – Olha, eu não, não teria

como apreciar não, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, é recente?

O SR. ROBERTO CORREIA – Foi um pouco antes desses decretos.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Ah, perfeito. Mas lá eles já falavam como se o decreto já existisse.

O SR. ROBERTO CORREIA – Deputada é assim, inclusive o Deputado Alex, ele falava no começo da Sessão que, foi trazido a informação dessa criação, dessas reservas. E fomos nós que trouxemos a informação. Foi a nosso pedido que foi iniciado essa batalha.

Porque eu tenho lá na propriedade, dois projetos de manejo em andamento, desde 2015. E eles começaram a alegar que, não podia se fazer a liberação do plano de manejo, porque a área era uma área de interesse para possível criação da Reserva Umirizal. E de lá para cá, só foi criado obstáculos e até hoje eu não consegui a liberação desse plano de manejo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá, só para deixar bem claro, para a gente não ter dúvidas aqui. Em nenhum momento houve visita in loco nas propriedades, falando, detalhando como é que iria ser, por alguma pessoa do Sedam, do Incra, do Ibama ou de alguma empresa privada?

O SR. ROBERTO CORREIA – Não, na minha propriedade, posso afirmar com todas as letras que eles nunca estiveram. A Dona Rosa, conversei com ela a primeira vez no Distrito do Abunã e ela me fez algumas perguntas e eu respondi. Não creio ter assinado nenhum documento para ela, não tenho recordação. E essa reunião, essa audiência, que seria audiência pública, não houve por não haver condições.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Nessa primeira reunião, o senhor falou que tinha poucas pessoas. Nessa segunda, onde foi uma tentativa, estava a maior parte dos moradores? Pequena parte?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, só teve uma. **(fora do microfone)**

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Ele falou que teve duas. Uma em um bar, e uma em Mutum, que foi tentativa.

O SR. ROBERTO CORREIA – Eu creio que o auditório lá de Nova Mutum é um auditório com capacidade de 50 ou 70 pessoas. Eu creio que lá entre as pessoas da usina, que eram muitos, e algumas pessoas ali que eu não saberia precisar, deveria ter da associação umas 20 a 30 pessoas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Poucas

pessoas.

O SR. ROBERTO CORREIA – E tinha também o pessoal do MAB, dos atingidos por barragem, que eles estavam conosco.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, na verdade... Desculpa, Deputado, então não verdade o foco da reunião não era nem a questão da reserva, era a questão das usinas.

O SR. ROBERTO CORREIA – Nós sempre tínhamos reuniões periodicamente com a usina de Jirau. Até porque nós fomos atingidos pela usina de Jirau. E algumas pessoas que concordaram com os valores, receberam as suas devidas indenizações. Os que não concordaram, foi feito depósito em juízo, e vida que segue. E aí, temos essa demanda. Nós ainda temos ações na Justiça, para que conste aí na CPI que nós, que estamos lá, que não recebeu ou que não concordou com a indenização, nós temos ações na Justiça até hoje. Então, nós fomos para esse auditório, para essa reunião, com o intuito de descobrir, com esperança de discutir algum assunto com a usina de Jirau.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Nem imaginava que era questão de reserva.

O SR. ROBERTO CORREIA – Não, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Entendi.

Só aproveitando aqui para dar uma boa tarde para o nosso ex-deputado Jesuino. Que seja bem-vindo à CPI. Muito obrigada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, recapitulando, para a gente encaminhar para o encerramento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Só fazer uma pergunta.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Pode ficar à vontade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Que ano foi essa reunião frustrada que o senhor falou? Essa tentativa de reunião, de audiência?

O SR. ROBERTO CORREIA – Eu não saberia precisar, mas foi um pouco antes da assinatura da criação das reservas. Não se demorou muito aí, uns seis meses, já...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Já foi criado.

O SR. ROBERTO CORREIA – Já foi criado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, foi próximo daquela época da criação da reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, recapitulando aqui, o senhor pode afirmar que, em todo o processo que, em tese, o governo estava preparando a criação de uma reserva mediante decreto; o senhor em nenhum momento foi procurado na sua propriedade; o senhor em nenhum momento recebeu a visita de nenhum técnico; o senhor em nenhum momento oficialmente por algum órgão do governo recebeu algum convite para participar de uma reunião; e o senhor teve apenas em uma reunião improvisada em um bar e em uma tentativa de reunião frustrada onde não ficou bem claro e cristalino o que se pretendia — o governo — fazer ali naquela região.

Esse é o resumo de todo o processo, em tese, que governo levou ali na região do senhor ali para criar uma unidade de conservação.

O SR. ROBERTO CORREIA – Perfeito, exatamente.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E o senhor pode dizer que esse resumo que eu acabei de falar aqui, que o senhor confirmou, é o que a maior parte dos moradores lá também alegam a respeito dessa área?

O SR. ROBERTO CORREIA – Sim. É exatamente isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor poderia dizer, na sua opinião, se o Governo do Estado de Rondônia, à época, quando estava preparando a criação das reservas como foram criadas mediante decreto, exauriu todas as possibilidades de diálogo e de discussão de forma satisfatória com os moradores para que eles tivessem conhecimento do que estava vindo a acontecer e para que, de uma forma justa com quem já estava morando lá, em alguns casos como o senhor há mais de 20, quase 30 anos?

O senhor entende que as medidas que o governo adotou para que fosse transparente e de forma pública, de forma clara, que essa construção estava sendo com a participação da população, o senhor acha que foi satisfatório?

O SR. ROBERTO CORREIA – Eu diria que a atitude do governo foi péssima. Foi uma atitude desleal, desonesta e desumana. É isso que eu tenho a dizer.

Criar uma reserva na calada da noite, da maneira como foi criada... não é uma reserva qualquer, nós não estamos falando de uma reserva qualquer. Ao que se pretende criar lá na região é uma unidade em que você não vai poder sequer entrar. Um pescador que se atrever a entrar, pode ser preso. Um morador do Distrito do Abunã que quiser comer um lambari, e a polícia pegar ali, pode ser preso.

E ainda digo mais: a criação dessa reserva vai acabar de matar o Distrito de Abunã e exterminar o Distrito da Vila da Penha.

Então, fica aí a responsabilidade dos senhores deputados sobre o fim e a extinção desses dois distritos, porque é uma região de terra fértil, é uma região de terra boa, onde as pessoas que estão lá, famílias como a do Juarez, que eu conheci já lá no local, estão tentando sobreviver. E o Juarez está com uma ordem de despejo. Teoricamente, ele não poderia nem sequer estar lá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Obrigado, Roberto, pela colaboração do senhor. Obrigado.

Dou por encerrado o Termo de Declaração do senhor. E agradeço a todos os representantes que foram ouvidos e os que estão acompanhando da Estação Ecológica Umirizal. Os senhores e senhoras estão convidados para continuar acompanhando a nossa CPI, mas sintam-se livres, também caso queiram ir descascar, voltar para seus lares, suas residências e para seus familiares, fiquem à vontade. Mas, os senhores são convidados desta Casa.

Iniciaremos agora as oitivas, mediante Termo de Declaração dos representantes da Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo, APA Rio Pardo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Iniciaremos agora as oitivas, Mediante Termo de Declaração, dos representantes da Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo, APA Rio Pardo.

Iniciaremos com o senhor Salvador da Cruz Filho.

Senhor Salvador, uma boa tarde, mais uma vez. Peço desculpas ao senhor pelo avançado da hora. A gente sabe que os procedimentos aqui da nossa Casa são demorados, porque existe uma obrigação regimental e que nós devemos seguir todo o processo para que o nosso procedimento da CPI não possa, no futuro, vir a ser questionado por eventuais falhas. Como nós estamos agora com a intenção dessa CPI, demonstrar que o processo da criação das reservas não foi observado conforme determina a lei e questionar a criação delas. Então, não podemos cometer os mesmos erros que acreditamos que existem nessas reservas, que foi a não observância das formalidades legais.

Então, eu conto com a compreensão dos senhores e peço desculpas pela demora que é inerente a algum tipo de burocracia, que nós devemos agir conforme determina a lei. Eu agradeço ao senhor, mais uma vez, e sem mais delongas, vamos iniciar as perguntas.

Eu gostaria que o senhor informasse para nós, em microfone, desde quando o senhor ocupa a área onde o senhor se encontra e também se o senhor a utiliza como moradia?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Uma boa tarde, deputado. Em nome do Deputado Delegado Lucas, cumprimento os outros demais da Mesa. E cumprimentar o nosso companheiro aqui de Rio Pardo, lá da usina, que está aí, acabou de fazer esse esclarecimento. Eu moro

em Rio Pardo desde 1999.

Em 1999 entrei para o Rio Pardo. Acompanhei todas as viagens para Brasília, a negociação e estou aqui para responder aquilo que eu sei.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor mora até hoje na propriedade?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – É. Hoje eu moro na Linha 15, mas eu morei boa parte na Linha 3. Depois eu peguei o lote, a minha propriedade da Linha 3 e troquei em um na Linha 15. Só mudei de linha. Hoje eu resido na Linha 15.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Essa área onde o senhor reside atualmente, o senhor possui "geo"? O senhor possui CAR? O senhor possui DAP? Quais são os documentos que o senhor possui?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Não. Lá nós só temos o CAR.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Só o CAR?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Só o CAR e a DAP.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tá certo.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - E o contrato de compra e venda.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Qual atividade econômica que o senhor desempenha lá?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Leite.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente)- Gado leiteiro?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Gado leiteiro.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E nós sabemos que a área de Rio Pardo, tanto a APA quanto a FES, foram criadas por uma legislação federal, quando houve uma permuta de uma área estadual com uma área federal.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E o decreto que está sendo questionado hoje, os decretos, são os decretos que delimitam onde começa e termina a APA, onde começa e termina a FES.

Especificamente sobre a APA, que é a área onde o senhor encontra-se hoje, em algum momento da permanência do senhor nessa localidade algum técnico da Sedam foi até a sua propriedade, pediu para falar com o senhor e lhe entrevistou para lhe dizer se ali onde o senhor estava seria APA ou seria a FES? Aonde a APA seria, onde começaria onde terminaria a FES, por exemplo?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Sim. Eu não tenho certeza se foi quando..., porque em 2010 quando teve a permuta, a troca da permuta da área.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Exato.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – A equipe da Seagri junto com a Sedam foi para Rio Pardo fazer o levantamento de todos os moradores que existiam lá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Foi o Paulinho Brandão, na época, e o Eustáquio, que eram as pessoas da frente, fora a equipe de trabalho. Foi levantado propriedade por propriedade, lote por lote.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Foi feito o levantamento de todas as propriedades lá dentro da área.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – É. Quem ficava dentro da área da APA e quem estava dentro da Flona (Floresta Nacional), que foi retirado até uma parte de família que não poderia ser assentada dentro dos 97 mil hectares que hoje é Flona. Foram retiradas aquelas famílias e colocadas na escola até o governo fazer um ajeito para assentar dentro da área que hoje é a APA de Rio Pardo.

E assim que terminou esse trabalho do Eustáquio e do Paulo Brandão, depois veio a Nanci fazer o CAR, emitindo os CAR's das propriedades. E dentro desse trabalho que a Nanci fez o CAR, já tinha no seu mapa, inclusive eu tenho meu lá em casa, lá tinha a minha área de APA e a minha área de FES na minha propriedade, já estava definido. "Olha isso aqui você não pode mexer, porque isso aqui vai ser sua FES e essa aqui sua APA."

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo. Então, o que foi esclarecido pela Sedam, na época, ao senhor, após os levantamentos das propriedades que havia na área, é que dentro da área do senhor haveria uma área considerada APA e uma área considerada FES.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Na qual, a FES o senhor deveria deixar intocada.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Isso. Foi isso aí.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Não poderia haver nenhum tipo de atividade, enquanto que a APA seria um tratamento diferente.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Isso aí.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, no entendimento do senhor, pelo que o órgão ambiental

ao longo dos anos apresentou, a APA e a FES estavam concebidas em sua própria propriedade, um pouco de cada?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – É. Cada um era obrigatório ter sua FES e a sua APA. Foi o que eu entendi e até assinei no documento que a Nanci entregou lá, esse Termo de Compromisso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo.

Esse decreto que nós estamos apurando, a forma da criação dele, esses dois decretos que são objetos de apuração nessa CPI, para a surpresa de nós, parlamentares, e acredito que dos senhores moradores também, traz uma visão distinta. Ele colocou em bloco a FES e ela não pertence mais a cada propriedade, não tem mais uma parte da FES espalhada em cada propriedades. Ela concentra toda a FES em apenas uma área.

O senhor teve conhecimento, em algum momento da sua história lá, que a FES seria demarcada desta forma?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Não, senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E hoje, da forma como foi demarcada por esses decretos, o senhor sabe se a propriedade do senhor está perto da área FES, está longe, está dentro? Se dentro da sua área tem alguma área de FES?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor até hoje, então, não tem conhecimento?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, nós podemos afirmar que não houve algum tipo de audiência, consulta pública ou estudo.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente)- Algum técnico explicou para o senhor que não teria mais, em tese, uma área de FES dentro da sua propriedade?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Não, não teve. Não, não, nem, não tenho conhecimento disso aí, não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Hoje o senhor acha que ainda tem dentro da sua propriedade alguma área de FES?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Eu considero que tem, porque eu assinei um termo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Exato. Certo. Então fica muito claro, a princípio, que o Governo do

Estado de Rondônia, quando da criação do decreto que delimitou a APA e, consequentemente, o que delimitou a FES, não deixou claro para o senhor onde ficaria cada uma, onde seria a delimitação de cada uma e de que forma isso impactaria a sua vida. E de nenhuma maneira.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Posso afirmar isso? Nenhum servidor da Sedam esclareceu nada disso para o senhor?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Não, senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor, alguma vez foi convidado para alguma audiência pública? Para alguma consulta pública? Para alguma reunião onde foi esclarecido isso, ou não?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Está ok.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Recebeu alguma notificação na sua residência ou em algum outro local que o senhor tem registro? Documento?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Notificação de quê, a pergunta?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Alguma notificação sobre essas informações de que a sua área foi declarada como reserva? O senhor recebeu, alguma vez?

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - A área dele já era a APA, só que no entendimento, à época, ele imaginava, assim como a maior parte dos moradores, que cada propriedade, teria uma parte APA e uma parte FES e somando as partes de FES de todos os moradores daria o total.

E até hoje ele acredita dessa forma, só que o decreto que foi de 2018, que é objeto de apuração nessa CPI, ele concentrou toda a área da FES em um bloco. E ele sequer sabia e imaginava até hoje, o senhor Salvador, que a sua propriedade tinha uma parcela da FES lá dentro.

Então, ele não sabe que o Governo do Estado, em 2018, com esse decreto, modificou esse entendimento que até então, pela Secretária Nanci, estava sendo esclarecido pelos moradores dessa forma. É isso?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Foi. Foi isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Então, a população de lá, no caso o senhor, tinha um entendimento pela Sedam, de que seria de uma forma; e, agora, o senhor está tomando conhecimento de foi feito de outra.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Sim, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, a entrevista, senhor Salvador, a que o senhor teve com a Sedam — e a Sedam emitiu o mapa com esse “geo” — ele demarcou dentro da área do senhor, a FES e a APA. Então, essa visita da Sedam foi nesse propósito; não foi no propósito de demarcar a área, com reserva em bloco.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Sim, senhor. Não foi. E aqui está o conhecimento de todos nós, que, na época, todo mundo é ciente de eu estou falando a verdade — não é Carlinhos, o Carlinhos sabe disso — e todos os demais que estão aqui vão falar o que eu estou dizendo. Eu estou falando a verdade. Eu não estou aqui para mentir para ninguém, e nem vim aqui para isso. Porque me chamaram para eu vir aqui, porque eu sou dos mais velhos. Eu, o Hermes e o Carlinhos aqui, tipo assim, tem conhecimento, então, na minha concepção, do que eu sei, que na época a Nanci fez esse trabalho e todos nós assinamos um Termo de Compromisso, que, cada propriedade daquela tinha a sua APA e a sua FES.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vocês têm esse documento? Esse Termo de Compromisso, ou só ficou com a Sedam?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Tem. Muitos têm.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu quero pedir ao Presidente para solicitar que todas as pessoas que tiverem esse documento, a gente anexe aqui no processo da CPI.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Vamos solicitar, então, ou quer fazer em forma de Requerimento? Então, ao final da oitiva a gente faz o requerimento, então. Vamos encaminhar para o encerramento, senhor Salvador, eu agradeço a colaboração do senhor, que foi muito profícua para o andar dentro dessa CPI.

Eu gostaria que o senhor dissesse para nós, qual o seu sentimento, quanto a seguinte pergunta: o senhor, como um pioneiro do Rio Pardo, se ombreou, ladeou com diversos companheiros na luta pela regularização daquela área, e pelo direito de ali produzir, trabalhar, tirar o seu sustento e prover alimentos para o nosso Estado e para a nossa economia. O senhor, desde o início, na luta por essa propriedade, o senhor viu que os seus companheiros estavam dispostos a ceder, a ter parte das suas propriedades caracterizadas como FES, que seria uma área como preservação ambiental muito mais rigorosa.

E, todos achavam justo, em tese, — pergunto para o senhor — que se essa divisão da FES fosse entre todos? Essa pergunta é verdadeira?

Todos — o senhor, inclusive —, concorda que todos os moradores do Rio Pardo, tendo uma parte de sua propriedade como FES, entendeu como justa essa solução?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E hoje? O senhor, em tese, como ficou na área da APA não tem mais a área de FES. Mas, alguns que estão dentro da área de FES, têm 100% de sua área como FES e nada como APA. Essa é a solução que o decreto de 2018 estabeleceu, em tese, sem estudo técnico, e, pelo que parece, sem consulta pública. E o senhor entende essa solução como justa?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Não. Não é justo porque todos nós somos sofrendores. Por exemplo: eu vou só dizer uma coisa aqui. Rio Pardo começou pelo Buritis, na entrada, ali foi a porteira.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - De Buritis para lá.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – Lá, sai de Buritis para Rio Pardo. Ali foi o começo. E por que é que agora diz que vai decretar área de FES e não uma área que foi a mais antropizada, a primeira?

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, os mais antigos estão sendo os mais prejudicados com a medida estabelecida por esse decreto de 2018.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO – É. Isso não tem nem lógica, não tem cabimento. Isso não tem nem cabimento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - As pessoas então estão cuidando dessas áreas como FES dentro das suas propriedades e cuidando da outra na questão da APA, onde possa ser utilizado. Então, todo mundo lá que ficou nessa situação, hoje, com esse decreto, levou as pessoas para uma situação que elas não conseguem trabalhar nas áreas e deixou outros com a área que ele não podia mexer, que ele está preservando, poder mexer. Então, isso aí está indo contra a situação de preservação ambiental, Deputado Lucas.

Então, a situação, a gente vai ouvindo e a gente vai entendendo essa situação que a Sedam, os órgãos que embasaram esse documento para que o governador fizesse o decreto, ele trabalhou na contramão da preservação ambiental. Então, isso realmente a gente tem que rever essa situação o mais rápido possível para que não haja mais prejuízo ao meio ambiente do Estado, porque nós estamos trabalhando, está inversão de valores; e as pessoas estão cuidando dessas áreas e preservando e protegendo. É isso que eu entendi aqui, não é isso mesmo, senhor Salvador?

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - É isso aí, Deputado Pedro. Eu vim hoje, que eu nem poderia vir, eu estou de moto aqui, eu saí do curral era 09:30 da manhã, quando eu terminei de tirar o meu leite. Eu estou de moto e quando terminar aqui vou deixar meus companheiros e

vou embora. Mas, eu vim para falar de uma situação que eu conheço e sei.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Senhor Salvador. Deputado Pedro está satisfeito?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Nosso agradecimento e nosso respeito ao senhor e todos os moradores do Rio Pardo. Dou por encerrado o Termo de Declaração do senhor. Entendo que o senhor tenha os seus compromissos e se o senhor quiser já encaminhar para o seu retorno para o seu lar, para sua casa, o senhor pode ficar à vontade.

O SR. SALVADOR DA CRUZ FILHO - Eu que agradeço. Eu queria ficar mais tempo, mas daqui até lá é longe e eu gasto quase 3 horas, e choveu para lá. E os nossos companheiros que estão aqui vão falar uma fala deles e vai ser a afirmação do que eu disse aqui. Tenham uma boa tarde e fiquem com Deus.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Espero que a estrada esteja boa vindo aqui pela BR-364.

Dando continuidade, então, aos trabalhos da nossa CPI, iniciaremos agora oitiva mediante Termo de Declaração do senhor Emerson Luiz dos Santos.

Senhor Emerson, seja muito bem-vindo, o senhor já, acredito, por estar acompanhando a CPI desde o começo, já está familiarizado com a forma como conduziremos. Então eu abro as perguntas indagando ao senhor desde quando o senhor ocupa a área e se o senhor utiliza como moradia ou não?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Boa tarde aos deputados e às pessoas que estão aqui ainda. Eu moro em Rio Pardo desde o ano de 2000. E cheguei em Rio Pardo por acesso a Buritis. E estou aqui para falar a verdade e sair daqui um pouco mais digno de dizer que sou rio-pardense com muito orgulho. Moro em um lugar produtivo e que estou aqui para dizer a verdade.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor mora lá nessa propriedade? Lá é a sua residência, seu domicílio?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Em Rio Pardo. Sim, sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E o senhor tem algum tipo de documento? Ou igual ao senhor Salvador, apenas o contato de compra e venda?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - O contrato de compra e venda, o CAR e a DAP.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - A DAP. Qual atividade o senhor desenvolve na sua propriedade?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Pecuária de corte e pecuária leiteira.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Em algum momento, desde quando o senhor reside lá, aproximadamente 23 anos, algum técnico da Sedam ou interposta pessoa em nome da Sedam ou qualquer órgão do governo caminhou até o senhor, lhe visitou e falou a respeito da criação da área APA, na qual a sua propriedade, a delimitação da área da APA na qual a sua propriedade estaria 100% dentro da APA ou 100% fora ou parte dela na APA ou na FES?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Sim, deixa eu explicar o que eu entendo. No ano de 2011, quando foi...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Quando houve a permuta?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Isso, houve a permuta e aí disseram: "Olha, aqui vai se a APA e a FES de Rio Pardo". E a FES e a APA compreendiam na mesma propriedade: onde era mata era a FES, onde era aberto já iria ser APA. E apesar de a gente não, uma pessoa leiga lá, um produtor rural não sabe o que é uma APA e muito menos o que é uma FES. Só foi passado para a gente que ia ser um APA e uma FES e que a gente ia continuar lá, trabalhando.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso em 2011?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Em 2011, 2010...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E perto de 2018? Porque em 2010 houve a permuta, a Lei que permutou a área federal com a estadual, e foi condicionado que se criasse na permutada, que foi dada ao Estado pela União, uma APA e uma FES. Em 2018 o governo, na ocasião, mediante decreto, delimitou onde seria a APA e onde seria a FES. O senhor tomou conhecimento, quando houve a delimitação mediante decreto, de onde seria a APA e onde seria a FES?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Até então o senhor imaginava que cada propriedade tinha parte APA e parte FES?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Parte APA, parte FES.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Quando houve, por parte do Governo do Estado, um decreto em que estabeleceu que a FES seria uma seria uma área em bloco, o senhor tomou conhecimento de que isso tinha sido feito por algum órgão do governo, por alguma reunião, por alguma audiência pública, consulta pública,

algum técnico?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor tomou conhecimento quando, de que área do senhor estava na APA ou na FES?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Recente agora.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Há pouco tempo.

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - 2022, 2023.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Através de algum canal oficial?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Não. Até agora não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Resumindo, só para deixar bem claro. As pessoas daquela região, pelo menos sabem o que vai ser a APA, o que vai ser a FES e também, elas entenderam o que seria essa delimitação? Porque aí com esse questionamento que eu estou fazendo para o senhor, fica mais claro porque a gente sabe o que realmente aconteceu.

O senhor poderia explicar se foi feita alguma explicação, se não foi, se vocês conseguiram compreender o que seria, o que seria essa delimitação, o que que impediria das atividades econômicas de vocês?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Então, hoje depois de...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Naquela época, que eu estou falando.

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Não. Naquela época a gente não tem noção do que era, nem onde ia ser. Para mim, eu também tinha, no meu entendimento, que a APA e a FES estavam dentro da minha própria propriedade, não é? Dentro do meu lote e depois, hoje, que a gente tem um conhecimento que vai ter uma APA separada da FES e vai ser em regiões separadas.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E isso o senhor, naquele momento, tanto o senhor como os demais conseguiu compreender que isso iria prejudicar a atividade econômica de vocês na localidade?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Qual é o sentimento do senhor a respeito dessa medida que o governador adotou com esse decreto, do qual o senhor não tomou conhecimento como proprietário?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS – Então, eu me sinto indignado porque na verdade, a região onde tem a FES hoje, são pessoas do mesmo tempo e pessoas que também entraram lá com dificuldade, trabalhando e construindo o que tem lá hoje. Então, para dizer que hoje a área deles vai se tornar uma floresta e que a minha vai ficar legal, é um sentimento ruim com isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Na opinião do senhor eles foram injustiçados?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Sim, com certeza.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Se um técnico da Sedam, já que não foi, mas se tivesse ido até o senhor, e lhe perguntado se o senhor concordaria com essa decisão que foi adotada pelo governo, de delimitar uma área em bloco como FES, e que todo mundo que estivesse lá dentro, indistintamente, não poderia permanecer lá, o senhor concordaria?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Sem mais perguntas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor tem conhecimento de alguma audiência pública que foi feita para esclarecer a população, que seria criada essa demarcação da área?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhor Emerson, obrigado pela sua participação, foi de grande valia para a instrução dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Dou por encerrado seu tempo de acareação. O senhor quer fazer alguma consideração?

O SR. EMERSON LUIZ DOS SANTOS - Deputado, eu que agradeço por estar aqui, poder prestar esclarecimento da nossa região. E que eu acho muito importante o trabalho de vocês, para gente poder se tornar digno do pedaço de terra que é da gente, e a gente escolheu para criar nossas famílias. Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Muito obrigado. Parabéns pela colaboração que os senhores dão para o Estado de Rondônia. Dando continuidade às oitivas, agora nós convidamos o senhor Elizeu Raimundo. Só um minuto.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Me permite aqui, que o senador acabou de ligar para mim, para ele dar uma palavra para o pessoal, pode ser?

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Quebrando aqui o protocolo, rapidamente, vamos abrir aqui para o

Senador Jaime Bagattoli mandar um recado para nossa população do Estado de Rondônia, em especial, nossos produtores do Rio Pardo e da área Umirizal.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pode falar, Senador.

O SR. JAIME MAXIMINO BAGATTOLI (Videochamada via WhatsApp) – Olá pessoal. Boa tarde, tudo bom com vocês aí? Eu quero dar uma notícia pelo menos boa para vocês. Conseguimos derrubar o Marco Temporal, o Veto lá nós derrubamos, 53 votos a 19. Na Câmara dos Deputados deu mais do que o dobro dos votos, também. Entendeu? Um foi 53 a 19. Então, assim, nós estamos com uma grande expectativa agora, que essa solução vai ter que se resolver.

E aquela situação das reservas aí, nós vamos ter que discutir aquilo da forma seguinte: nós temos que convencer, ver o Estado de Rondônia, a Assembleia tem que ajudar também, e nós vamos ter que tentar fazer novamente, o que foi rejeitado em 2018, para dar uma outra reserva de compensação, para isso aí.

Nós estivemos lá no Incra, teve uma reunião no Incra com a bancada dos Deputados Federais, Senado, e eu estou colocando, inclusive, um valor lá, de R\$ 4 milhões e pouco, dentro do Incra, para ajudar nessa questão da regularização fundiária. E nós precisamos avançar com isso. Temos que resolver esse problema.

Então, o Marco Temporal, eu não acredito que o Judiciário vai vir para cima ainda com isso, mas vocês sabem como é que é, não é? A situação aí. Mas, eu acredito que eles não vão “peitar”, desde que fosse com a votação expressa dessa que derrubou o Veto. Beleza?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Beleza, Senador, obrigada. Daqui a um pouquinho eu te ligo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senador, obrigado por defender o povo de Rondônia, no Senado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado, Senador.

O SR. JAIME MAXIMINO BAGATTOLI (Videochamada via WhatsApp) – Viu? Só um minutinho, vai ter uma reunião, quem puder ir lá no Posto 515. Amanhã à tarde, lá no Posto 515. Nós vamos ter uma reunião lá e eu estou levando umas pautas aí, para nós conversar lá. Lá no posto 515, lá do seu Altair.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Qual o horário Senador Jaime? É o Deputado Pedro.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Não sei se ele está ouvindo. **(fora do microfone)**

O SR. JAIME MAXIMINO BAGATTOLI (Videochamada via WhatsApp) – Então, está bom. Grande abraço para vocês aí. Tchau.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Está joia. Abraço.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A gente vai colocar no grupo dos deputados, senador. Obrigada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, agradeço a participação do Senador Jaime Bagattoli. Fica o convite a toda população que nos acompanha pelas redes sociais, a todos os presentes aqui no plenário e na galeria, para amanhã participar dessa reunião no Posto 515. E a Deputada Taíssa, oportunamente, informará o horário.

Dando continuidade então, passaremos agora à oitiva, mediante Termo de Declarações, do senhor Elizeu Raimundo. Senhor Elizeu, uma boa tarde. É uma satisfação receber o senhor aqui, um amigo nosso, da região do Rio Pardo. E gostaríamos de perguntar para o senhor: desde quando o senhor ocupa a área onde o senhor encontra-se situado, no Distrito de Rio Pardo, na região de Rio Pardo? E se o senhor utiliza como moradia.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Boa tarde, deputado. Boa tarde, Deputado Pedro, Doutor Doca, ao nobre colega deputado aí.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Fala mais perto.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Boa tarde a todos aí.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Então, deputado, eu comprei a área em Rio Pardo em 2004, junho de 2004.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor mora lá atualmente?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Tem algum tipo de documento?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Eu tenho o CAR, o contrato de compra e venda e todos os documentos que o povo de Rio Pardo tem ali.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Qual é a atividade que o senhor desempenha?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Pecuária.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor, estando lá em 2004, acompanhou todo o processo da permuta da área federal com a área estadual? Todo aquele imbróglio jurídico.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Sim. Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Quando, da conclusão daquela situação, qual foi o entendimento

que o senhor teve, através dos órgãos do governo então constituídos e pelos seus representantes, a respeito da delimitação da APA e da FES?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Só para esclarecer alguns pontos que nossos amigos aqui passaram, na época, quando foi fazer os documentos, que o compromisso que nós tínhamos, os moradores tinham feito com o Estado, na época era o CAR e os documentos com o Estado. Na época, não tinha mata, não tinha a FES, só tinha área de APA. Então, no meu CAR, naquela época, só tinha só APA. Então o acordo, naquela época, era o seguinte: quem tinha abertura, ficaria como está; e a mata que ficaria, ficaria como está. O que passou, para mim, naquela época, foi isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo. Então, o que o senhor soube, na época da permuta, é que o que estava já consolidado de derrubada seria mantido como APA, e a mata que estava preservada seria como FES. Isso de cada propriedade?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Isso, correto.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo. E aí a soma dessas áreas de FES em cada propriedade corresponderia ao total da área destinada para FES, era isso?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO - Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Sim ou não? Sim?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Está bom. E o senhor soube, em algum momento, que, com a promulgação de dois decretos, em 2018, pelo Governo do Estado à época, foi delimitada a APA e a FES de forma distinta do que o senhor está falando para mim?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Então, eu fiquei sabendo recentemente, através de vindo aqui, mas não por...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Nenhum órgão oficial.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Nada oficial. Foi em conversa assim, aleatoriamente, que eu acabei descobrindo. Aí como a gente mora lá direto, vive lá, assim, precisa daquilo ali.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Alguém...? Perdão, o senhor quer concluir?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Aí eu procurei saber onde é, como que fica, como mudou, como é que foi alterado isso aí, aí eu passei a entender onde foi criado uma

reserva em bloco, a FES e a APA separada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso. Em algum momento — aí a gente já está perguntando agora, recente ali, na época de 2018, quando da promulgação desses decretos — algum técnico da Sedam ou de qualquer órgão do governo explicou para o senhor que seria delimitada essa área; de que forma seria? Qual critério o órgão ambiental ou o equivalente adotaria? Por qual razão as FES não seriam mais em cada propriedade individualmente, mas seriam colocadas em bloco? Por qual motivo seria na área em que ela foi delimitada? O senhor conseguiu entender, de forma clara, se houve algum critério? E, se houve, qual foi para delimitação desta forma?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Então, ninguém me perguntou nada, eu não fiquei sabendo de nada, só fiquei sabendo recente, agora.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor foi notificado alguma vez com algum documento, na sua propriedade, sobre isso?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Nunca.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então o sentimento do senhor, como morador, foi de surpresa. O senhor foi surpreendido.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Isso. Aham.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Houve publicidade e transparência do governo quando decidiu emitir esse decreto das delimitações que foram adotadas ou não?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – De forma alguma, até os nobres deputados foram pegos de surpresa também.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor sabe dizer, hoje, se a sua propriedade se encontra dentro da FES, dentro da APA ou parte em cada?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Então, como nós estamos participando frequentemente sobre isso aí, eu procurei saber aonde passava a APA e a FES. A minha área está fora da FES, mas a gente se preocupa como...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor soube porque o senhor foi proativo e ocorreu atrás da informação.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Corretamente. Mas, a gente se preocupa. Tem muitos amigos que correram junto conosco desde o começo, que lutaram desde 2004 para cá, vieram muitos amigos acompanhando e ficaram

dentro dessa área de FES. Então, para a gente é uma perda.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor chegou em 2004, em uma área que hoje está delimitada como APA.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – A APA permite atividade econômica, permite, enfim, é uma unidade de conservação muito mais permissiva do ponto de vista de produção econômica; enquanto a FES é muito restrita. O senhor chegou em 2004 e a sua área está dentro da área delimitada como APA, pelo decreto de 2018.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor sabe informar se, na área do decreto de 2018, considerada como FES, existem moradores anteriores ao senhor, mais antigos que o senhor?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Sim, sim. Tem vários amigos meus lá. O Joel Lopes, se não me engano, chegou lá em 1996, ou foi 1994. Então, assim, muito...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Dez anos antes do senhor já estava em uma área, que foi considerada FES, enquanto a do senhor, APA.

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Correto.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E essas propriedades que estão, como por exemplo, essa que o senhor exemplificou, até 2008, com advento do Código Florestal, havia alguma derrubada nela, já?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Sim. Eu vou dar um exemplo. De uma pessoa que eu conheço, o senhor Joel Lopes que é vizinho do maroto aqui. Cara, o cara desmatou foi em 2000... 1996, se eu não me engano.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Áreas derrubadas, anteriores a 2008?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Foi desmatado 1996.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E foi delimitado essa área como FES?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Como FES. E até porque, eu acho uma injustiça, nesse caso. Por causa das áreas antropizadas antigas mesmo, estão criadas como FES, o que foi ao contrário.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – É possível afirmar que o local delimitado pelo decreto de 2018, como FES, já que o senhor buscou tomar conhecimento

e ter uma ideia de onde ele fique geograficamente, pegou os moradores mais antigos do Rio Pardo?

O SR. ELIZEU RAIMUNDO – Com certeza.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Estou satisfeito. Alguém quer fazer mais alguma pergunta? Senhores deputados?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Estou satisfeito.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhor Elizeu, muito obrigado pela sua colaboração. Foi sobremaneira muito produtiva, para o desenrolar dos nossos trabalhos e da nossa CPI.

E agora para nós concluirmos, dou por encerrado o Termo de Declaração. E para concluirmos a oitiva dos moradores da APA do Rio Pardo, conforme a delimitação do decreto de 2018, o senhor Rodrigo Queiroz Brunaldi. Senhor Rodrigo, muito bem-vindo, é um prazer receber o senhor aqui, na Casa do Povo e eu início o seu Termo de Declaração perguntando, desde quando o senhor ocupa a área e se o senhor a utiliza como moradia?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI - Boa tarde, deputados. Eu estou na região desde de 2009 e desde 2012 ocupo a área.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor mora lá?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Tem algum tipo de documento?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI - Tenho o Cadastro Ambiental Rural, tenho Nota Produtora, Contrato de Compra e Venda; e DAP.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Qual é a atividade que o senhor desenvolve lá predominantemente?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – Recria.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – A respeito da delimitação, dos dois decretos delimitaram, em 2018, qual seria a área da APA e qual seria área da FES no interior da área determinada como Rio Pardo?

O senhor, em algum momento, recebeu a visita de algum técnico esclarecendo qual seria o critério, onde seriam essas demarcações? De forma clara, quais seriam as modalidades de unidade de conservação, que cada uma representa? Quais as consequências das criações dessas reservas, dessas delimitações, dessas reservas para as pessoas inseridas nessas áreas? Ou qualquer forma de esclarecimento ou explicação por algum representante do governo ou de algum órgão do governo?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – Não, senhor deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Certo. E como é que o senhor tomou o conhecimento que a área do senhor estava dentro da área de APA ou de uma área de FES ou que não estava?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – Nós fomos surpreendidos pelas publicações dos decretos. E por curiosidade a gente foi buscar e essas buscas por informações, nos levou a entender que a área da APA seria uma área mais permissiva com eventuais produções agropecuárias, agrícolas e as diversas outras atividades. Porém, com a mesma busca que nós fizemos, verificamos que a FES seria algo restritivo, ela traria uma restrição para aqueles ocupantes.

E mesmo quando ela foi definida FES, na entrega do CAR 2012... 2011, ainda assim naquela época, não houve, uma eventual clareza para aquela população do que seria a FES, do que seria APA.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Pelo que a Sedam ou qualquer órgão equivalente, que represente o governo à época, esclareceu para o senhor, no decorrer dos anos, desde o advento da Lei que fez a pergunta das áreas, qual era o seu entendimento sobre aonde era a delimitação de APA e FES?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – O nosso entendimento sempre foi para seguinte situação, cada propriedade o remanescente de mata que tinha, na entrega do CAR, seria Floresta Estadual. E o remanescente de área consolidada, até aquela data, ela poderia ser ocupada para as atividades da propriedade.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – É possível afirmar que então, a Sedam explicou aos moradores e incluído ao senhor, que a FES do Rio Pardo seria a soma das áreas preservadas das matas que ainda estavam nativas das propriedades do Rio Pardo.

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – No momento da entrega dos cadastros, foi a explicação mais razoável que nós pudemos obter. Que seria uma área de proteção e nesse sentido também ficou dessa forma.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E no momento em que o governo, então, decide agir de uma outra maneira, foi dado conhecimento, notoriedade, foi dado publicidade de que haveria algum outro tipo de entendimento divergente do que os senhores já estavam imaginando que ocorreria?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – Nós não tomamos conhecimento.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E além de não dar conhecimento de que seria diferente, foi apresentado

de alguma forma, mesmo que posterior, algum tipo de estudo ou critério técnico para que fosse feito de forma diferente do que vinha sendo falado pela própria Sedam, ao longo dos anos?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – Também não, senhor deputado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) – Qual o tamanho da sua propriedade?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – É 70 hectares.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) – A atividade econômica do senhor é recria. Essa é a única atividade econômica do senhor?

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – Sim. Perfeito, Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O senhor teve conhecimento, ou foi divulgado e foi feita audiência pública para esclarecer?

O SR. RORIGO QUEIROZ BRUNALDI – Não foi, Deputado Pedro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Senhor Rodrigo Queiroz Brunaldi, muito obrigado pela sua colaboração.

O SR. RORIGO QUEIROZ BRUNALDI – Obrigado eu, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E dou por encerrada o Termo de Declaração do senhor, concluindo, desta forma, as oitivas dos moradores da área determinada como APA Rio Pardo, com o advento do decreto do ano de 2018, que estabeleceu a delimitação dessa área.

Iniciaremos agora, então, as oitivas dos senhores que estão na área delimitada pelo Decreto considerada como FES - Rio Pardo. Floresta Estadual.

Daremos início com a oitiva do senhor Carlos Frutuoso. Então, senhor Carlos, uma boa tarde. Obrigado pela paciência de ter aguardado aqui até o presente momento, pela deferência com esta Casa de Lei de ter atendido o nosso convite para estar aqui hoje, para que nós possamos aclarar de que forma o governo utilizou os critérios, se houve consulta pública ou não, para delimitar essas áreas que impactam tão gravemente na vida dos senhores.

Então, se o senhor puder agora iniciar a sua oitiva, esclarecendo, desde quando, o senhor ocupa a área, e se o senhor utiliza como moradia?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Certo, boa tarde a todos, aos deputados, a todos que

estão aqui.

Eu estou lá desde 1999.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, o senhor mora na área?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Sim, eu fico, moro na área, e tenho uma residência na cidade, mas fico mais lá, 90% na área.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tem algum tipo de documento da área?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Sim, tenho CAR.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tem Contrato de Compra e Venda? DAP?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Contrato de Compra e Vendas da época; tenho a DAP, tem tudo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Qual é a atividade que o senhor na área do senhor?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Pecuária.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor, em algum momento, quando da permuta, através da Lei Federal, da área federal com a área estadual, foi orientado pelo governo, através da Sedam ou qualquer órgão equivalente, se a propriedade do senhor estaria dentro da área onde viria a ser delimitada a APA ou a FES? Qual a explicação que o governo deu para o senhor nessa época?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Não, não teve explicação nenhuma.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Nenhuma?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Não. Ficamos sem saber.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Então, o senhor tinha uma propriedade demarcada dentro da área do Rio Pardo, mas o senhor não tinha conhecimento por parte do governo se a propriedade do senhor estava na APA, se estava na FES, se estava fora, ou estava dentro?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Nós (**ininteligível**) em 2011, quando foi feita a permuta lá, foi entregue a documentação, no nosso nome, de APA e FES. A gente tinha que cuidar da FES e da nossa APA. Foi a única documentação que a gente... quer dizer, nós ficamos tranquilos por ter esse documento na mão. E nós iríamos cuidar da FES.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - A orientação então que foi repassada era de que todos os proprietários, não sei se de todos, mas no caso do senhor, na sua propriedade, haveria uma parcela dela que seria tratada como Floresta Estadual.

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Isso. APA e FES.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Certo. E o senhor, em algum momento, perto da emissão dos decretos de 2018, foi consultado por alguém do governo ou da Sedam dizendo que havia mudado, modificado esse tipo de entendimento, que haveria algum estudo a ser feito? Que a área do senhor seria considerada totalmente FES, totalmente APA ou alguma coisa nesse sentido?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Não, de forma alguma.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Houve alguma audiência pública que o senhor teve conhecimento?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Nenhuma.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Algum evento?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Nenhuma.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Nenhuma. E o senhor, após a promulgação deste decreto, sabe dizer se a propriedade do senhor ficou dentro da APA ou da FES?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Está 100% dentro da FES.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Então, a propriedade do senhor hoje encontra-se totalmente dentro da área delimitada pelo decreto como FES.

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - 100%. Isso, como FES.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E o senhor tomou conhecimento de que a área do senhor estava nessa unidade de conservação, na Floresta Estadual, de que forma? Através de algum órgão público, de algum meio de comunicação oficial do governo?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Não. Ficamos sabendo aleatoriamente, através de uma pessoa ou outra. Mas, por algum órgão, nenhum.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Entendi. E antes da delimitação da área na qual a propriedade

do senhor encontra-se 100% como FES, o senhor não teve contato com nenhum tipo de serventário do poder público para lhe explicar, para lhe consultar, para lhe esclarecer, para dizer qual tipo de estudo? Ou então, não apenas isso. Ninguém foi lá para fazer um estudo na sua área para saber por qual razão seria melhor a FES ser ali ou em outra área?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Não. Não fomos consultados de nada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Nenhum.

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - E a nossa área ali, estendendo um pouquinho, é início de Buritis para cá, sentido Rio Pardo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor pode dizer se o senhor é um dos moradores mais antigos da região?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Sim. A maioria que está em volta nossa ali é moradora de 1996, 1999, 2000.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Havia alguma derrubada na sua propriedade anterior que 2008? O senhor responde se o senhor quiser.

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - 2006.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - 2006.

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - É. De 2006 para trás.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E essa área está dentro da área que o governo agora diz que deve ser uma FES?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Da mesma forma que a gente está 50% área aberta e 50% de mata, a gente vem cuidando. A gente vem cuidando de uma coisa que agora...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor preservou a área que o senhor entendia que seria FES da sua propriedade até hoje?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR - Até hoje. Não tem muda...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E com esse decreto, além da área que o senhor preservou, a área que estava derrubada antes de 2006 vai ter que virar FES também.

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR -

Virou FES novamente, como todos ali.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O fato de ter virado FES, inviabilizou sua atividade econômica?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Sim, nós ficamos com insegurança. E a gente está ali dentro, 100% dos nossos investimentos, ficou ali dentro.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor recebeu algum documento, alguma notificação informando que a partir daquela data tinha mudado e se tornou FES?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Não, nenhuma vez.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem mais perguntas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor conseguiu entender por qual razão a sua propriedade ficou 100% FES? Tem alguma nascente, tem alguma coisa ambiental, alguma peculiaridade, alguma nuance, que o senhor, mesmo que o senhor não seja da área de engenharia florestal, engenheiro agrônomo, etc., como leigo, mas como um cidadão que tem vocação para terra, para produção, que mora lá há décadas e conhece da lida, viu o crescimento daquela região, o senhor consegue vislumbrar algum motivo lógico para que tenha sido criado, delimitado a FES, da forma como ela se encontra a partir do decreto de 2018?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Não. Sem entendimento nenhum. Não tem nada que justifique isso aí, não tem.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Se houve, o senhor até a presente data, sequer tomou conhecimento qual foi o critério?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Nenhum conhecimento. Não tem, de forma nenhuma.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E nunca foi feito um estudo na sua propriedade pelo governo?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Nenhum estudo. Não tiveram nenhum lá.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Tampouco o senhor foi consultado?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Também não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - O senhor, como impactado diretamente com a criação dessa FES, entende que o governo teve a decência de lhe procurar para ele dizer: "Olha, a partir de hoje, a partir do decreto, a partir de tal data, a sua propriedade será

100% considerada uma Floresta Estadual. O senhor não vai mais poder praticar nenhum tipo de atividade econômica aqui doravante."

O governo teve a decência de procurar o senhor e, eventualmente, tentar construir alguma proposta de indenização; tentar construir alguma proposta de compensação, de propor para o senhor ir para outra área, alguma coisa neste sentido?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – De forma alguma.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Nada?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Nunca tivemos a visita de ninguém, nem in loco, de nada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E qual que é a perspectiva do senhor e da sua família, sabendo que a área onde o senhor se encontra desde 1999, está considerada pela lei, hoje, como uma área que o senhor não pode mais produzir?

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – É de apreensividade muito grande. Porque ali está nossa vida, 23 a 24 anos. Tenho os meus filhos já, tudo grande. Mas, estamos muito confiantes em Deus e em vocês que estão aí, os deputados, que estão brigando por uma coisa que é, na legalidade, nossa. Ninguém está ali com brincadeira e querendo se aproveitar da situação.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Agradeço ao senhor pela colaboração, dou por encerrado o seu Termo de Declaração.

O SR. CARLOS FRUTUOSO DE FIGUEIREDO JUNIOR – Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Dando continuidade à nossa CPI, vamos dar aqui início a oitiva do senhor Jucimar Santos da Silva, que será ouvido na condição de Termo de Declarações.

Senhor Jucimar, seja muito bem-vindo, uma boa tarde. Obrigado por ter, pacientemente, nos aguardado até aqui, o início da sua oitiva. Gostaria que o senhor nos dissesse desde quando o senhor ocupa a área onde o senhor se encontra e se a utiliza como moradia.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA - Boa tarde, Deputado Delegado Lucas e os companheiros. Eu resido desde 2003 na minha propriedade.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor reside lá. Então, o senhor mora lá. Quais são os documentos que o senhor possui?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA - O CAR, Nota Produtora e GTA.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E o senhor desempenha qual tipo de atividade econômica lá?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Agropecuária, peixe. A gente mexe com a parte de plantio de abacaxi, essas coisas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor está lá desde 2003, em 2010, 2011, houve a permuta, lei federal. E o senhor foi informado nesse período de que a área do senhor seria APA, seria FES, seria os dois. Qual foi a explicação que a Sedam deu para o senhor?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Na verdade, da Sedam eu nunca tive explicação nenhuma, a não ser na reunião que nós participamos agora por último, nos últimos seis meses.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Já no ano de 2023?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso, agora recente.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, o senhor desde 2003 está na área, há 20 anos, e há mais de 10 anos o senhor está aguardando que o Estado lhe informe de que forma será delimitada a APA ou a FES.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – O senhor sabia se a área do senhor estava mais tendente a ser APA, ser FES ou de algum critério que seja adotado, ou algum tipo...

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Assim, Doutor, nós, na época, em 2010 quando tiraram o povo do Rio Pardo, uma parte foi tirado, eu doei um lote para assentar um pessoal que foi tirado da área. Foram retiradas cento e poucas famílias da área. E eu fui obrigado, que a Nanci na época pediu, que doasse um lote para regularizar e tirar o pessoal daquela outra área. Para nos documentar, nós precisávamos doar um lote. Eu doei um lote de 50 hectares na época, em cima dessa área hoje que eles dizem que é FES.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, o senhor doou à época, isso a gente pode dizer que foi em qual ano?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – 2011.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Em 2011, o senhor doou um lote de terras que era de sua propriedade.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Foi quando foi feito o cadastro.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E com um sentimento de boa-fé, no intuito de auxiliar o assentamento de famílias que ficaram fora da área permutada, para que eles pudessem ser assentados.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E a Sedam à época, a Secretária, informou para o senhor que seria uma forma de facilitar a sua regularização?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso, isso. Na época, ela falou, que a gente tinha que doar um lote, eu, meus vizinhos, todos.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Várias pessoas...

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Vários. Muitas pessoas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Vários moradores doaram as suas propriedades, fracionaram as propriedades para que pudessem alocar mais pessoas, para que todos fossem contemplados com essa regularização fundiária.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Para organizar os assentamentos, não é?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso. Hoje eles estão na mesma situação que eu.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - E o lote que o senhor doou, a pessoa está dentro da FES também?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Dentro da FES, também. Foi doado por eles, na verdade. Eu doei para eles "doar" para...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Entendi.

A SRA. DRA. TAÍSSA – É isso que eu iria questionar. É, a gente, como é que ficou? A gente tem a informação de que as pessoas que foram realocadas para outro local, para esses lotes de doação pelo pela própria Sedam e o Incra, hoje, elas mesmas também já estão com uma possibilidade de serem retiradas dessas áreas. Nem o próprio Incra, nem a própria Sedam, que estão doando a terra está dando segurança para as pessoas. É isso?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – É isso mesmo, porque foi prometido muita coisa para eles e não foi cumprido, não é?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, só para eu entender, a Secretária à época, a senhora Nanci, solicitou que vocês doassem, devolvessem para a Sedam, para eles alocarem as pessoas que estavam tirando de outra

região, e aí todos os moradores lá fizeram, doaram parte das suas propriedades, para receber essa regularização. Essa foi a proposta?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Essa foi a proposta, Doutor. Na época quem tinha as áreas maiores, foi pedido que doassem de boa vontade para que documentassem todo mundo ligeiramente e organizassem, e doassem um lote. Um lote, ou meio lote, para poder assentar. Várias pessoas assentaram, foi doado. E prometeram estrada para eles, não fizeram. Para eles, não; para nós, não é? E energia elétrica. Prometeram bastante coisa e não foi cumprido na época. Mas o lote nós cumprimos. Nós cedemos o lote para assentar. Na época, eu doe um lote de 50 hectares, fiquei com um outro de 90 alqueires, que é 200 e poucos hectares, na área que foi doado um pedaço.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Aí, a Sedam fez um “geo”, separando na sua propriedade: uma parte de FES outra parte seria APA.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso. Aí, ficou uma parte de FES e uma parte de APA.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E isso no ano de 2011?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso no ano de 2011.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Como nós estamos aqui com a CPI falando dos decretos que foi em 2018, é isso Deputado Lucas? Depois desse de 2011, que foi feito esse trabalho lá da Sedam e vocês fizeram esse acordo para resolver o problema e a situação da região, foi feita alguma audiência pública depois para explicar para vocês da demarcação e da criação da reserva das FES em bloco e da APA em bloco?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhor, Jucimar, no ano de 2010 foi criada a APA e a FES, pela lei federal.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – É, e para mim, 2010/2011 foi a documentação que eles fizeram.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – 2010 e 2011?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – De que estavam dando o CAR para nós.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Não foi delimitada até 2018?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Quando criada, o senhor recebeu alguma documentação do governo?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – O CAR, dizendo que era APA e FES na minha propriedade.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, o senhor acredita que o governo gerou uma expectativa no senhor, de que a propriedade onde o senhor se encontrava, quando da criação, seria regularizada o senhor poderia utilizá-la para alguma atividade econômica?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Sim, portanto, quando nós doamos o lote para assentar, o pessoal, que foram várias pessoas da minha região que doaram, e a gente falou que dali para frente nós estaríamos documentados. Então, a gente queria resolver. Ajudamos resolver o problema, porque eles tinham que ter tirado uma área, que foi feita a permuta, na época, então a área era maior, então tinha que tirar um pouco. Tiraram cento e poucas famílias de uma outra área, e tinha que assentar em cima dessa área que iria ser documentada. E foi dado o CAR para nós.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, no seu sentir, o governo quando criou a APA e a FES gerou para o senhor uma expectativa, inclusive documental, de que a área em que o senhor se encontrava, poderia ser utilizada pelo senhor posteriormente, e que o senhor poderia ser regularizado naquela propriedade, onde o senhor se encontrava; e, inclusive, o senhor doou parte dessa propriedade, para auxiliar que outras pessoas também fossem assentadas regularmente.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Com certeza, Doutor.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E essa expectativa, o senhor entende que ela foi mantida ou foi frustrada?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Foi frustrada porque agora a situação em que a gente está, até o pessoal que recebeu a área também está na mesma situação, no mesmo desespero que nós.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Até porque o senhor nunca imaginou que o governo ia doar uma área para outras pessoas que estariam, em tese, irregular, correto?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Para a senhora ver a situação que nós nos encontramos hoje.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Justamente. Uma outra coisa...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Ele doou uma área para uma pessoa ser assentada e o governo agora veio, em 2018, e falou que nem a área que foi doada, a pessoa vai poder usar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É porque na verdade o que o governo está dizendo é o seguinte: eu entrego, recebo do produtor, entrego para o assentado, que eu estou assentando, para dar dignidade, e essa área é ilegal. Então, o próprio governo está dando áreas ilegais para as pessoas, em tese. Seria assim. Nem o que doou.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Nem o que doou, nem o que recebeu a doação.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Nem nada e...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Só para entender aqui uma pergunta.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Sim?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, o governo tirou essas pessoas de outra área?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – É. Da mesma área do Rio Pardo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – É. Mas, a área hoje é o quê? Da onde eles saíram?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – É a Flona hoje, que o ICMBio deu.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Área federal.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Devolveu para o ICMBio e deslocou eles, realocando para essa localidade. É isso?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Deputado Pedro Fernandes, eu, no ímpeto aqui, de esclarecer, quis responder no lugar da testemunha, mas o nosso declarante esclareceu muito bem aqui a pergunta do Deputado Pedro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – É só um questionamento. O senhor poderia esclarecer, na região lá de Rio Pardo, até onde a gente tem conhecimento, que hoje as pessoas para ter o mínimo de dignidade, de sobrevivência, muitas vão tentando à noite fazer lá a macaxeira, a produção que ficou abandonada lá para poder pelo menos se alimentar. Essa é a realidade hoje de Rio Pardo? O senhor poderia me esclarecer isso daí?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA - Poderia me repetir novamente, fazendo favor?

A SRA. DRA. TAÍSSA – O que acontece, lá na região de Rio Pardo, essas pessoas que foram realocadas para essas áreas que vocês mesmos fizeram doação, muitas

vezes para ter o básico de sobrevivência, essas pessoas já tinham plantio de banana, de mandioca, elas têm que ir à noite, parecendo que são criminosos, para poder ter o básico do básico de uma renda dentro de casa?

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA - Positivo. Acho que tem pessoas que ainda não foram assentadas. Dessa área toda, se eu não me recordo bem, tem gente que ainda não foi assentado. Porque uma parte foi assentada e outra parte ficou em aberto para ser assentada depois.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Com promessas do próprio Incra e da Sedam que seriam resolvidas.

O SR. JUCIMAR SANTOS DA SILVA - Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhores deputados, mais alguma pergunta a ser direcionada ao senhor Jucimar?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Satisfeita.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhor Jucimar, muito obrigado pelos esclarecimentos do senhor. Dou por encerrado o seu Termo de Declaração.

E agora, para finalizar as oitivas desta Sessão, o senhor Sebastião Alves dos Santos.

E vou pedir aqui que o Deputado Pedro inicie o Termo de Declaração do senhor, por um minuto.

(Às 18 horas e 08 minutos o Senhor Delegado Lucas passa a presidência ao Senhor Pedro Fernandes)

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Senhor Sebastião, desde quando ocupa a área?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS - Eu ocupo essa área lá onde eu estou hoje, deputado, desde 1994.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Lá é a moradia do senhor, sua casa?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – É moradia e o meu meio de sobrevivência.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Muito bem. O senhor tem algum documento? Possui algum documento dessa área? Título definitivo? Georreferenciamento aprovado?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS - Não. O primeiro documento que nós vimos dessa área nossa lá, foi quando foi feita a permuta, a permuta lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – O senhor veio da outra área permutado para lá?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não. Eu estou na área de FES, onde é decretada hoje a área de FES.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Não é o mesmo caso dele, que o senhor já estava lá então?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Estava. De 1994, desde o ano de 1994.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – 1994.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Quando foi em 2010 para 2011, foi feita a permuta e eu fiquei na área até hoje. Estou até hoje. Considerado como a minha terra, ficou fora da área que foi tirado o povo, não é? Que é a primeira área igual os meninos estavam questionando aí. A área onde estão os moradores, os fundadores lá mais velhos, mais antigos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – A Sedam fez o georreferenciamento?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não, não tem. Foi feito na mesma época que eles fizeram essa questão do...

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Em 2011 eles fizeram um georreferenciamento e...

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não. Só o CAR.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Só o CAR?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Só o CAR que eles deram para nós, para todo mundo lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – E o no CAR do senhor também consta a FES e a APA dentro da sua propriedade.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Sim, senhor. No dia que foi liberado lá, foi falado assim: "você vai ter um documento, se você tiver 20 alqueires derrubado, é 20 alqueires; se estiver tudo derrubado, você vai usar tudo". Assim foi a proposta, quando foi liberada lá em Brasília. Se tinha uma área de APA e uma área FES.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Isso foi na época quando a Sedam foi lá, falaram isso para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – É, a Sedam e o acordo que foi feito em Brasília, no tempo da permuta.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Foi feito o termo, não é?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – É, o termo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Então, esse é o documento que o senhor tem?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputado, só para contribuir. Quando eles falam "quando foi feito o acordo", quer dizer da edição da lei federal que desafetou a área de Flona para que se criasse uma FES e uma APA. Então, esse acordo que eles tratam é uma lei federal. Só para deixar claro que é essa lei que é o acordo que eles falam aqui.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Qual a atividade que o senhor desenvolve lá?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – A gente tem lá um meio de sobrevivência de criar um gadinho para se manter, não é? Para se manter só.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Correto.

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Pouca coisa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – O senhor foi entrevistado por alguém da Sedam, depois dessa situação de 2011?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Próximo de 2018, para fazer a demarcação, o senhor foi entrevistado por alguém da Sedam em sua casa?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não, senhor. Eu só vi a Sedam nessa época que eles entregaram o CAR para nós. E o tempo que foi feita a negociação lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – O senhor conheceu, na época lá, foi feita alguma audiência pública que o senhor foi convidado e a população toda para falar da demarcação e da situação que iriam ficar as FES em bloco, a APA em bloco? O senhor tem conhecimento dessa audiência pública?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não, senhor. Não tenho conhecimento dessa audiência pública e nem vi esse povo lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – O senhor sabe se foi feito algum estudo técnico assim de... o senhor falou que na propriedade do senhor não foi ninguém, mas de vizinhos, que foram lá demarcar, ver a área dele, saber quantas?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não. Lá dos vizinhos mais próximo, também, eu não sei de nada disso aí também que foi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – O senhor não ficou sabendo na época, não, não é?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Eu falo que não teve esse tipo de trabalho lá dentro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Deputado Delegado Lucas, tem mais alguma coisa a esclarecer?

(Às 18 horas e 12 minutos o Senhor Pedro Fernandes passa a presidência ao Senhor Delegado Lucas)

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Deputado Pedro, eu me ausentei e tenho receio de fazer algum questionamento e repetir o que já foi perguntado. Eu vou confiar aqui na condução feita por Vossas Excelências.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu perguntei aqui, Deputado Lucas, os pontos principais que nós precisamos atingir, que é a questão do...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Eu acredito que as oitivas tanto dos moradores da APA, como já dos moradores da área da FES, foram já satisfatórias para a gente esclarecer os nossos questionamentos, principalmente, no tocante de analisar se houve consulta pública, audiência pública, algum tipo de estudo técnico.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Foi aí que eu priorizei.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, estou satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor recebeu alguma notificação, algum documento na sua propriedade?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS – Não, senhora.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor recebeu alguma visita da Sedam, do Incra ou de alguma empresa privada na sua propriedade, para informar sobre a FES, sobre alguma coisa em relação a sua propriedade?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS - Esse pessoal nunca passou lá falando: "Olha, vai ter tal coisa ou vai acontecer tal coisa assim". Para nós, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E nem catalogando quantas pessoas moravam na sua casa, o que tinha, se tinha plantio, se não tinha?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS - Não, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tá. Com essa situação, como que ficou sua atividade econômica?

O SR. SEBASTIÃO ALVES DOS SANTOS - A gente,

como se diz, cada vez parando mais porque as propostas - igual a 2018 para cá, só com só essa conversa toda de complicação, que vai tirar, que vai derrotar a pessoa, não é? A pessoa se sente assim abatida, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sem mais perguntas, muito obrigada.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Senhor Sebastião, eu agradeço o senhor pela sua contribuição e dou por encerrado o Termo de Declaração do senhor.

Encerrando dessa maneira, as oitivas agendadas para esta presente Sessão Extraordinária. Peço à assessoria, o roteiro da Sessão. Cadê, Secretário?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Agora, Deputado Lucas, nós vamos...

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Propor um Requerimento e sortear a próxima data para marcar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – As próximas duas reservas, que a gente vai sortear.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Senhores presentes, encaminhando para o encerramento, quero agradecer a todos os deputados que permaneceram, os deputados que iniciaram conosco e estão juntos no andamento dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, em especial, o nosso Presidente, Deputado Alex Redano - que justificou a sua... só um minuto.

Agradeço ao Doutor Doca pela interrupção, mais do que pertinente, mas o Doutor Breno está aqui, me perdoe, Doutor Denis.

Doutor Denis, o senhor veio acompanhando aqui alguns dos moradores, e essa Comissão, a Casa do Povo quer deixar aberto, caso queira dar alguma colaboração, se o senhor entende que queira fazer alguma contribuição, a palavra que está concedida ao senhor. E na oportunidade, manifestamos em nome da Deputada Dr^a Taíssa, que é advogada, todo o nosso profundo respeito e admiração pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Rondônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Antes dele se posicionar, eu queria parabenizar Doutor Denis, pela sua atuação. Todas as vezes que nós estamos em reuniões, em busca da regularização fundiária; em busca, tanto lá em Buritis como em outros locais, o senhor sempre se mantém presente, sempre se posicionando ali, buscando realmente as soluções do Estado.

Então, queria te parabenizar, como advogada, fico orgulhosa de saber que nós temos advogados, cada vez mais atuantes, e que ultrapassam as barreiras dos escritórios. Vai estar lá na ponta mesmo, com as pessoas, e assim, principalmente, protegendo. Porque são situações como essa, que vai em uma reunião, com documentos que nem sabe o que é, que através de um advogado vocês se sentem protegidos de estar com os

seus direitos resguardados, tendo em vista, que o saber jurídico não é tão simples como a lei quer que pareça ser. Então, parabéns pela sua atuação, o meu carinho é fraterno por sua pessoa, obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Faço das palavras da Deputada Dr^a Taíssa, as minhas também, Doutor Denis. Obrigado.

O SR. DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - Deputados, obrigado. Primeiramente, agradecer a gentileza, vou ser bem breve. Deputado Pedro, Deputado Lucas, Deputada Dr^a Taíssa, Doutor Doca, que eu tenho certeza, que na parte técnica, gerencia isso aqui muito bem, não tenho dúvida nenhuma.

E só agradecer vocês por terem feito essa CPI, estar buscando essa resolução, porque eu tenho certeza que isso vai trazer não só uma tranquilidade para as pessoas ligadas a todas essas reservas, mas também, à comunidade do Estado em geral, que se vê, às vezes, não acolhida pelo poder público.

Então, a demonstração de vocês, do interesse de ajudar e de solucionar alguns problemas, e trazer essa tranquilidade para as pessoas ligadas a essas reservas, traz para eles também a visão de que o poder público e os entes públicos - que são vocês aqui que representam o povo -, estão realmente, trabalhando e preocupados com o que eles podem desenvolver.

Eu estou mais, hoje, ligado à APA e à FERS (Floresta Estadual de Rendimento Sustentado), que eu tenho um conhecimento um pouquinho maior. Não muito, mas, realmente, é uma situação complicada, como eu vejo nas outras reservas. Mas, acredito que essa CPI vai trazer pelo menos mais uma válvula para a gente poder buscar uma resolução melhor e poder trazer para eles, os moradores da FERS e da APA, uma tranquilidade — que é o que todos aqui acho que mencionaram para vocês — e que querem só ter tranquilidade para poder trabalhar e utilizar a área que eles têm há muito tempo.

Então, eu tenho certeza que o trabalho de vocês ainda é árduo. Vocês vão ter muita coisa para ouvir, muita gente para ouvir, muita coisa para fazer. Mas, não tenho dúvida que só o fato de vocês demonstrarem essa busca já traz para a população pelo menos uma demonstração clara de que a Casa do Povo está trabalhando para o povo. Então, obrigado, eu **(ininteligível)** e bom trabalho para vocês.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Obrigado, Doutor Denis, pelas palavras. Quer falar, Senhor Secretário? E digo que o senhor foi muito modesto quando se refere a ter o conhecimento pequeno sobre a questão, já que o senhor tem profundo e cabedal conhecimento e soma muito na busca de uma resolução para esses litígios, esses conflitos. E esperamos, em

Deus, que, no futuro, a população possa ter dignidade para continuar trabalhando e trazendo dignidade, honra e orgulho para o Estado de Rondônia. Parabéns pela sua atuação.

Eu quero agora, então, propor um Requerimento, que foi sugerido pelo Deputado Pedro Fernandes há pouco, no qual a intenção é que nós oficiemos, solicitemos, então que já sirva como Ofício, já que o Presidente da Associação do Rio Pardo se faz presente. Senhor Rodrigo, o senhor é Presidente, não é? Da associação. Então, que sirva como Ofício já, o Requerimento. E que o senhor já saia então ciente, caso o Requerimento seja aprovado, que nós estamos solicitando do senhor, da Associação do Rio Pardo, que apresente a esta CPI a documentação que os moradores do Rio Pardo possuem, emitida pela Sedam, na qual consta informado que as propriedades são tanto APA quanto FES. E que foi mencionado no depoimento aqui do senhor Salvador. Acredito que o senhor entenda qual o documento que nós estamos nos referindo.

E gostaria, então, de propor aqui aos deputados e colocar em apreciação o Requerimento proposto pelo Deputado Pedro Fernandes. Como vota a Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Com certeza.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O documento é aquele onde o “geo” mostra que as propriedades teriam partes APA e partes FES. Eu voto “sim”.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Esse...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – É o CAR, é o CAR. Me perdoa. É porque o “geo” e o CAR são feitos mapas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Solicita que qualquer documento...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Qualquer documento que vocês acharem pertinentes, que vai ajudar a anexar para que a gente possa comprovar, como prova.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Que seja claro. Qualquer documento que demonstre que a Sedam ou qualquer órgão vinculado ao governo, à época, criou expectativa nos moradores que estão hoje na FES de que a área deles seria considerada APA também, mesmo que parcialmente, e vice-versa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Também penso assim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Algum termo, qualquer documento que puder servir de prova dessa atitude da Sedam, na época. Eu voto “sim”.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, eu refaço a pergunta, já que houve uma alteração.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, todos os documentos pertinentes ao caso e todas as áreas. É extremamente importante. Nós somos advogados, sabemos que, às vezes, a parte acha que não é importante e fala: “nossa, que documento maravilhoso”. Então, “sim”.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – E este Presidente acompanha.

Então, aprovado por unanimidade o Requerimento. Fica o nosso Senhor Presidente aqui, com toda a deferência dessa Casa, em estado, a nos apresentar a documentação.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Me permite, Presidente?

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Por favor, Senhor Doca. O senhor tem...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Eu não sei se os senhores também dispõem, porque anterior a 2010 ou no exercício de 2010, antes da edição da lei federal, parece que teve grupo que se deslocou a Brasília e teve uma pré-convenção para que essa lei de desafetação dessa área destinada a APA e FERS, para desafetar da área da Flona do Bom Futuro. Se alguém tiver esse documento, por exemplo, desse ajustamento, para que a norma federal fosse aprovada, se dispor dele — senhor Rodrigo ou alguém que é mais pretérito, mais antigo — para que, se tiver ele também, pode juntar também.

O SR. RODRIGO QUEIROZ BRUNALDI – Perfeito, Doutor Doca. Acreditamos que temos esse documento e temos farta documentação a ser apresentada.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Isso. Porque, depois disso, surge a sentença judicial, essas coisas, mas isso está no processo administrativo de criação das duas unidades. Agora, esse acordo entabulado antes da lei, que é submetida ao Congresso Nacional, esse nós não temos conhecimento. Não é o objeto específico da coisa, mas é um liame, é um dado

histórico e que pode ser trazido no relatório. Pode usar.

O SR. DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - No processo judicial que existe em discussão, em relação à APA e à FERS, lá tem essa documentação. Aí isso eu vou extrair, passar para o Rodrigo, ele passa com a documentação que os deputados pediram.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Então, agora dando andamento à nossa reunião, e solicito à nossa assessoria legislativa que proceda o sorteio das próximas áreas que serão convidados os moradores para que sejam inquiridos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Só como sugestão, Deputado Lucas, se for área que é pequena, que tem, a gente poder fazer três.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - A princípio, sortearmos duas áreas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Duas áreas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Se for uma área pequena, sortearmos duas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relato) - Correto.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Primeira área, qual é? Parque Estadual Abaitará.

Pode sortear mais duas então. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Deixa eu pegar aqui, porque já que eu sou a única mulher, né? Vou me prestigiar. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Então, a sorteada as três reservas que serão objetos de oitivas na próxima Sessão. Deixarei em aberto a data para a designação da próxima Sessão e solicito da nossa Secretaria Legislativa que providencie o convite de quatro pessoas, de cada uma das áreas sorteadas, para que nós possamos dar andamento aos trabalhos dessa CPI. Sob a proteção de Deus, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 25 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1120/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

CHARLES FRANÇA DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, do Gabinete do Deputado Delegado Lucas, a partir de 01 de janeiro de 2024.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 1118/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

JAMERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, do Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a partir de 31 de dezembro de 2023.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 1117/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro,

resolve:

EXONERAR

A pedido, a servidora **NAYANNE BEATRIZ DATO DE LIMA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-17, do Gabinete da Deputada Drª. Taíssa, a partir de 31 de dezembro de 2023.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 1121/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

RAFAEL SILVA BATISTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete do Deputado Luis do Hospital, código DAG-02, a partir de 1º de janeiro de 2024.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 1123/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

TARCISIO FRANKLIN ALVES DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, do Gabinete da Deputada

Rosangela Donadon, a partir de 31 de dezembro de 2023.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 1122/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

A pedido, o servidor **VINICIUS LUIZ SILVA BARBOSA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, do Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a partir de 18 de dezembro de 2023.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 1119/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

WILIAN DE OLIVEIRA SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-10, do Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a partir de 31 de dezembro de 2023.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 24/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019; Considerando o Parecer Jurídico 0116064, constante no Processo de nº 100.041.000233/2023-75;

RESOLVE:

Conceder afastamento remunerado ao servidor **CARLOS VENÍCIUS PARRA MOTTA**, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, matrícula nº 100016685, lotado no Gabinete do Deputado Alan Queiroz, pertencente ao Quadro de Pessoal Permanente desta Casa de Leis, até a homologação de sua aposentadoria, nos termos do Art.13, da Lei nº 1068, de 19 de abril de 2002. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2024.

Porto Velho-RO, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 1124/2023-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ROBERTA REJANE DE SOUZA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 22 de dezembro de 2023.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0127739/2023-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporteterrestre de Cacoal/RO a Porto Velho/RO, no período de 12/12/2023 a 14/12/2023, para conduzir veículo e fazer a segurança do deputado estadual Cirone Deiró no cumprimento de agenda institucional, conforme processo nº 100.044.000058/2023-96.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174118	Elcio Raasch	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 11 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral

ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2023

Processo Administrativo nº 100.173.000056/2023-21

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA E TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

DO OBJETO: Este Termo de Cooperação Técnica tem por objeto o intercâmbio de informações e a cooperação técnica que envolve assuntos inerentes ao âmbito de controle externo e/ou de tecnologia da informação, visando o compartilhamento de conhecimentos e à transferência mútua de tecnologias, mediante a disponibilização de sistemas informatizados desenvolvidos pelos partícipes, bem como dos conhecimentos utilizados na sua construção e desenvolvimento, capacitação de técnicos, intercâmbio de informações, estudos e pesquisas de assuntos de interesse comum e no desenvolvimento em conjunto de soluções de comum interesse.

DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO: O intercâmbio e a cooperação entre os partícipes se dará:

- Na cessão não onerosa do uso dos sistemas de informação de sua propriedade, quer sejam específicos para o Controle das Prestações das Contas Públicas no âmbito de suas jurisdições, quer sejam auxiliares na consecução dos trabalhos internos, desde que façam parte do conjunto de soluções desenvolvidas internamente ou sobre as quais terceiros não possam reclamar direito de propriedade ou autoral;
- Na cessão de programa de sistemas informatizados, nos termos do item "a", englobará a transferência dos conhecimentos tecnológicos que o originaram; do seu código-fonte; das especificações das tabelas; dos modelos de dados e do conjunto de documentação da solução, quando houver;
- No aprimoramento tecnológico dos sistemas cedidos;
- Na capacitação mútua, por meio de treinamentos, seminários e atividades correlatas de interesse comum;

- e) No desenvolvimento e transferência de conhecimentos e tecnologias, intercâmbio de dados, informações, metodologias e inovações;
- f) Na formação de equipes conjuntas, para consecução de atividades de interesse comum, sejam no âmbito do controle externo ou da tecnologia da informação, fixando as responsabilidades das partes;

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: O presente Termo de Cooperação, celebrado a título gratuito, não acarretará a transferência ou a disponibilização de recursos financeiros entre os partícipes;

- Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, ouvidos os responsáveis pela fiscalização do presente instrumento;
- Qualquer um dos partícipes, mediante solicitação do outro, envidará esforços a fim de atender, prontamente, à solicitação feita, transferindo e compartilhando tecnologias e experiências na área de informática;
- Os partícipes se responsabilizarão pela correta utilização e guarda dos dados, informações e códigos-fonte recebidos em decorrência deste instrumento.

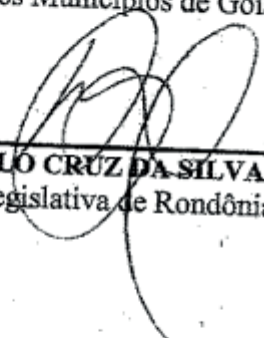
DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação é de 60 (sessenta) meses, contados de sua assinatura, podendo, após as devidas justificativas, ser prorrogado, na forma da legislação aplicável à espécie, por meio de termo aditivo.

DO FORO: Os partícipes elegem o foro da Comarca de Porto Velho-RO, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Termo de Cooperação.

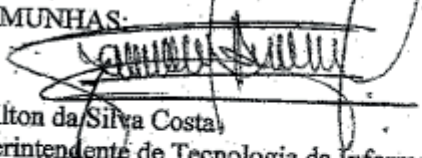
E por estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Porto Velho – RO 20 de Setembro de 2023.


Conselheiro **JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás


Deputado Estadual **MARCELO CRUZ DA SILVA**
Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia

TESTEMUNHAS:

- 
1. Jamilton da Silva Costa,
Superintendente de Tecnologia da Informação
CPF: 709.803.652-87
- 
2. Cristiano José Frassato
Técnico Analista
CPF: 027.583.461-17



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 052 SG-SPO/2023

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, caput e § 1º do art. 8º, da Lei n.º 5.527, de 06 de janeiro de 2023 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2023 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º) (x) Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, §1º) (x) Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, §2º)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	33.90.35	1500	360.000,00
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	33.90.33	1500	1.280.000,00
01.001.01.126.1006.2405	POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	44.90.40	1500	3.300.000,00
01.001.01.131.2126.2665	REALIZAR AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	33.90.39	1500	225.000,00
01.001.01.128.1006.2253	PROMOVER A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	33.90.35	1500	200.000,00
01.001.01.128.1006.2253	PROMOVER A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	33.90.39	1500	500.000,00
01.001.01.846.0000.0095	REALIZAR O PAGAMENTO DE DÍVIDAS, INDENIZAÇÕES E SENTENÇAS JUDICIAIS	33.90.91	1500	1.776.779,00
TOTAL				7.641.779,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	31.90.11	1500	850.000,00
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.93	1500	4.808.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.08	1500	16.500,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.93	1500	1.360.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	31.91.13	1500	377.500,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.07	1500	7.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	33.90.46	1500	23.300,89
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	33.90.49	1500	5.504,41
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	31.90.11	1500	193.973,70
TOTAL				7.641.779,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 14 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

ATO Nº 053 SG-SPO/2023

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 7º, caput e § 1º do art. 8º, da Lei n.º 5.527, de 06 de janeiro de 2023 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2023 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 7º) (x) Remanejamento de Dotações (LOA art. 8º, §1º) () Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 8º, §2º)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	31.90.13	1500	62.000,00
01.001.01.846.0000.0095	REALIZAR O PAGAMENTO DE DÍVIDAS, INDENIZAÇÕES E SENTENÇAS JUDICIAIS	33.90.91	1500	1.195.000,00
TOTAL				1.257.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.08	1500	40.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.93	1500	1.060.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	31.91.96	1500	32.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	31.90.11	1500	30.000,00
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.08	1500	40.000,00
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.46	1500	35.000,00
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	33.90.49	1500	20.000,00
TOTAL				1.257.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 18 de dezembro de 2023.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

-